

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

ARQUEOLOGIA
E
HISTÓRIA

8.ª SÉRIE DAS PUBLICAÇÕES

VOLUME V



LISBOA  M C M L I

Arqueologia e História

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

DA

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

1.^a Série

Arquivo de Architectura Civil — Jornal dos Architectos Portuguezes e Archeologos, 10 fascículos (1865)*.

2.^a Série

Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, volumes I (1876)*, II (1880)*, III (1882)*, IV (1886)*, V (1888)* e VI (1890)*.

3.^a Série

Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, volumes VII (1893)* e VIII (1900)*.

4.^a Série

Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, volumes IX (1901), X (1904) e XI (1907).

5.^a Série

Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, volumes XII (1910) e XIII (1913)*.

6.^a Série

Arqueologia e História, volumes I (1922)*, II (1923)*, III (1924), IV (1925), V (1926), VI (1928), VII (1929), VIII (1930), IX (1930) e X (1932).

7.^a Série

Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portuguezes, volumes I (1934)*, II (1936), III (1937), IV (1938), V (1941), VI (1942) e VII (1943).

8.^a Série

Arqueologia e História, volumes I (1945), II (1946), III (1947) e IV (1947).

Os volumes marcados com * estão esgotados.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

8.ª SÉRIE DAS PUBLICAÇÕES

VOLUME V



LISBOA  M C M L I

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES BIBLIOTECA
N.º <u>2255</u>
DATA <u>20/6/88</u>

BIBLIOTHECA
DA
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES
Edifício Histórico do Carmo

Publicação subsidiada pelo Instituto
para a Alta Cultura

TÁBUA DAS MATÉRIAS

	Pág.
Os Morabitinos à Luz de uma Nova Investigação e de um Novo Achado — <i>Joaquim Ferraro Vaz</i>	11
P.º Eugénio Jalhay — <i>Manuel Afonso do Paço</i>	29
Reverendo P.º Engénio Jalhay, S. J. — <i>António Mendes Correia</i>	67
Os Artefactos Pré-Históricos de Calaíte e sua Distribuição em Portugal — <i>Octávio da Veiga Ferreira</i>	83
A Torre de Cunha em Terras de Coura — <i>António Pais de Sande e Castro</i>	95

Os Morabitanos à Luz de uma Nova Investigação
e de um Novo Achado

por

Joaquim Ferraro Vaz

Os Morabitanos à Luz de uma Nova Investigação e de um Novo Achado

○ tema *morabitanos*, embora muito velho e debatido, tem o condão de renascer como uma Fénix, em virtude de estar à mercê dos caprichos do azar que, inesperadamente, faz surgir do seio da Terra ou de tesouro ignorado, uma peça diferente das até então conhecidas.

À falta de documentos escritos, constrói-se o edifício da numária dos nossos primeiros reis com as peças de que se dispõe e preenchem-se as lacunas com hipóteses... E tudo isto se manterá enquanto novos achados não fornecerem peça insubmissa, que obrigue a nova arrumação capaz de a conter em boa harmonia.

O estudo dos morabitanos, feito num vazio de documentação escrita e apoiado apenas nas peças que surgem, faz lembrar o problema das célebres tábuas de S. Vicente onde as associações dos elementos poderiam ser diferentes, quer usando-os todos, quer admitindo sobrares ou faltarem tábuas. Aqui as peças dos Afonsos e dos Sanchos, semelhantes e sem número de ordem, confundem-se para dar que cismar aos numismatas que pretendem pôr a sua colecção em boa ordem.

É tudo uma questão de arrumação.

O numisma que acaba de aparecer ⁽¹⁾ dá que pensar, porque não se acomoda bem nas classificações estabelecidas para a sua família; e esta dificuldade, associada a algumas deduções ocorridas ao estudar a moeda primitiva do Portugal nascente, conduziu-me a conclusões que julguei conveniente registar e submeter à apreciação dos numismólogos.

O novo morabitino, que se pode analisar na fotografia ampliada que apresento, tem as seguintes características:

- a) Legendas, onde se lê no anv. REGIS PORTVGALENSVM e no rev. MONETA DOMINI SANCII;
- b) Tipo e aspecto semelhante àquele que Aragão ⁽²⁾ atribui a D. Afonso II, sob o n.º 1;
- c) O peso é de 3,25 grs.;
- d) O módulo é de 23,5 mm;
- e) a cor do ouro é de um amarelo esbranquiçado, aproximando-se da cor do electrum.

A primeira análise comparativa das legendas e do peso leva a colocar este morabitino depois do referido n.º 1 de Afonso II (3,6 grs.). E, sendo assim, como pertence indubitavelmente a um dos Sanchos, tudo leva a crer que será de Sancho II.

⁽¹⁾ A informação que tenho localiza o achado na Quinta da Bela Vista, de Ferreira do Zêzere.

⁽²⁾ A. C. Teixeira de Aragão, *Descrição Geral e Histórica das Moedas...*, tomo I, Lisboa, 1874-80.

Comecemos por estabelecer um quadro onde se ponham em confronto as característiscas dos morabitanos conhecidos.

QUADRO I

N.ºs	Morabitanos atribuidos a	Pesos		Legendas
		Máximos	Mínimos	
1	Afonso I	4,40	3,70	✠ REGIS PORTVGALENSIVN • MONETA DOMINI I AFNSI
2	Sancho I	3,82	3,75	✠ SANCIVS REX PORTVGALIS ✠ IN NE PTRIS IFILII SPS SCI A
3	Afonso II	3,75	3,70	✠ REGIS PORTVGALENSN • MONETA DOMINI ALFONSVN
4	Sancho II	}	3,60	✠ SANCIVS REX PORTVGALIS ✠ IN NE PTRIS IFILII SPS SCI A
5				3,25
6	Afonso III	3,70	3,68	✠ REGIS PORTVGALENSIVN • MONETA DOMINI ALFONSI

- 1) *Morabitano de Braga*: o peso de 3,7 grs. corresponde ao exemplar descrito por Aragão, obra citada, tomo I, n.º 1 de Afonso I; e o exagerado peso de 4,4 grs. é o que J. Schulman atribui ao exemplar que estampa, sob o n.º 1, no catálogo de 1926 duma colecção de *Monnaies en or de Portugal et du Brésil* (Carvalho Monteiro) e que reproduzimos *in fine*.
- 2) Aragão, tomo I, n.º 1 de Sancho I; aparecendo em várias colecções.
- 3) *Ib.*, n.º 2 de Afonso I; e *Colecção «Carvalho Monteiro»*, n.º 2.
- 4) Pedro Batalha Reis, *Morabitanos Portugueses*, Lisboa, 1940.
- 5) Nova moeda de Sancho.
- 6) Aragão, tomo I, n.º 1 de Afonso II; e *Colecção «Carvalho Monteiro»*, n.º 5.

Teremos, então:

Para Afonso I — os *morabitanos de Braga*, de que nos fala Aragão e de que tenho notícia de dois exemplares, um com o peso de 3,7 e outro com 4,4 gr.;

Para Sancho I — os morabitanos mais vulgares, com a concordância da maioria dos autores, que têm pesos variando entre 3,85 e 3,7 grs.;

Para Afonso II — as moedas dos Afonsos de maior módulo (Aragão atribui-lhes as de menor), com pesos à volta de 3,7 grs.;

Para Sancho II — os morabitanos idênticos aos de Sancho I, de módulo levemente menor, pesando à volta de 3,6 ⁽¹⁾, e a nova peça agora aparecida, a pesar 3,25 grs.;

Finalmente, para Afonso III — os morabitanos dos Afonsos de menor módulo, que Aragão incluiu na numária do segundo Afonso, tendo pesos que se aproximam de 3,7 grs. ⁽²⁾.

Examinando as moedas assim aproximadas ressaltam elementos de catalogação muito importantes, atendendo às legendas e aos pesos:

- 1.º — Quanto às legendas, nota-se imediatamente deslocado o célebre *morabitano de Braga* que, se não fosse apócrifo como é considerado, deveria ser colocado depois dos atribuídos ao primeiro Sancho;

⁽¹⁾ Pedro Batalha Reis, *Morabitanos Portugueses*, Lisboa, 1940.

⁽²⁾ *Ib.*

2.º — Quanto aos pesos, baseando-nos no princípio da quebra sucessiva da moeda — neste caso, confirmado nas leis de Afonso III — seremos levados a pôr cronològicamente em último lugar a moeda de Sancho agora aparecida e que no Quadro I tem o n.º 5.

Do que acabo de dizer, pode concluir-se mais um argumento para rejeitar a atribuição do morabitino com letra B a Afonso I; e poderão distribuir-se as restantes peças, associando os n.ºs anteriores 2 e 4 sob Sancho I, os n.ºs 3 e 6 sob Afonso II e, por último, oferecendo o numisma recém-nascido a Sancho II.

QUADRO II

N.ºs	Morabitinos de	Pesos		Legendas
		Máximos	Mínimos	
2 e 4	Sancho I	3,82	3,60	✠ SANCIVS REX PORTVGALIS ✠ IN NE PTRIS IFILII SPS SCI A
3 e 6	Afonso II	3,75	3,63	✠ REGIS PORTVGALENSIVN • MONETA DOMINI ALFONSI
5	Sancho II	3,25		REGIS PORTVGALENSVM • MONETA DOMINI SANCII

Mas há mais em desfavor do *morabitino de Braga* ⁽¹⁾ e a favor da classificação deste segundo quadro.

Bastará observar o que se passa nos reinos cristãos da Península Ibérica com a moeda de ouro, para logo sermos tentados a assentar que

(1) Principalmente no que diz respeito à sua atribuição ao primeiro Afonso.

a legenda do morabitino atribuído a D. Sancho I (n.º 2 do Quadro I) deverá corresponder aos primeiros morabitanos cunhados em Portugal.

Deixando de parte o *dinar* bilingue (*fig. a*) atribuído ao conde de Barcelona, Berenguer Ramon I (1018-1035) e referido por Aragão na sua magistral obra ⁽¹⁾, lembremos as primeiras cunhagens de ouro nos reinos vizinhos.

Em Castela — Aparecem com Afonso VIII (1158-1212) as primeiras moedas de ouro, com as iniciais do monarca em caracteres latinos e as legendas em linguagem árabe, onde se lê *Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo* (*fig. b*).

Em Leão — Com Fernando II (1157-1188) ou, na dúvida, Afonso IX (1188-1230) iniciou-se a cunhagem da moeda de ouro com os maravedis de legenda vertida em latim «IN NE PATRIS IFILI ISPS SCI» (*figs. c e d*).

Citarei ainda, mais a título de informação do que de base segura, um *dinar* de ouro atribuído a Luís IX de França, que teria sido batido em Saint-Jean d'Acre, nos fins da sua primeira cruzada (depois de 1250), por ostentar a mesma fórmula na legenda árabe — *O Pai, o Filho e o Espírito Santo* (*fig. e*).

Em moedas posteriores já não se repete esta expressão consagrada, que é substituída por outras muito parecidas às que se vêem na moeda nacional primeva que não é atribuível a Sancho I.

Não será, portanto, descabido concluir que devem ser as moedas de Sancho com a legenda IN NE PTRIS IFILII SPS SCIA as primeiras cunhadas em Portugal... enquanto não aparecerem outras com características que permitam uma convincente arrumação na numária do Rei Fundador.

⁽¹⁾ Tomo I, pág. 27, nota 4. V. também *Colecção «Camilo G. de Castro»*, n.º 911 do Catálogo J. Schulman, de 1912.

Feito este primeiro estudo de comparação, vamos tentar ver o que se passa com estas moedas quando as aproximamos da primeira lei conhecida que a elas se refere, a lei de Afonso III, de 26 de Dezembro de 1253.

Nesta lei interessantíssima, onde perante uma manifesta alta de preços se fixa um *tabelamento* dos artigos de consumo da época, podemos tomar conhecimento do valor dos metais nobres e das moedas de ouro que então corriam.

Ao tratar do valor de moedas, estabelece a lei:

«Morabitus novus»	valem 22 soldos
«Morabitus vetus»	» 27 »
«Morabitus alfonsinus»	» 30 »
«Quadratus de auro»	» 45 »

Aqui farei um parêntesis para, antes de ir mais longe, dizer alguma coisa acerca de títulos de moedas antigas e dar a principal razão de vir falar de morabitos e roubar precioso tempo com coisas que todos conhecem bem, por terem sido tratadas magistralmente por numismógrafos de reconhecida competência.

É corrente atribuir-se às moedas antigas e, em especial, às portuguesas da primeira dinastia um título da ordem de $23 \frac{3}{4}$, que corresponde praticamente ao ouro puro (¹). Ora isto não está em boa concordância com a verdade dos factos, como é natural e como veremos.

Levado pela lógica, comecei por desconfiar dessas moedas de 23 quilates e $\frac{3}{4}$... porque não podia compreender onde se iria conseguir, em épocas remotas, tão fácil e vulgarmente esse ouro puro; ou como se

(¹) Como é sabido, o toque em quilates é o número de unidades de ouro fino que entra em 24 unidades-peso da liga.

poderia afinar o ouro quando se adquirisse ligado com a prata e com o cobre, como ele aparece geralmente.

Na verdade, o metal nobre, vindo dos jazigos, aparece com maior ou menor percentagem de prata (incluindo por vezes outros metais); e só raríssimas minas fornecem ouro quase puro, com toque à volta dos 23 quilates.

Normalmente o ouro nativo tem bastante liga, chegando a ter um título de 15 quilates e menos; enquanto o ouro fino tem uma densidade igual a 19,258, no ouro nativo a densidade anda à volta de 14,8.

Os antigos, para o ensaio do ouro, só dispunham da pedra de toque sem auxílio dos ácidos. Era uma análise que se limitava à observação da cor para inferir das quantidades de ouro, prata e cobre.

Ora essa análise de comparação de cores, além de precária, necessitava padrões perfeitos... e os antigos recebiam o ouro como a natureza lho dava.

Voltemos aos morabitanos.

No Portugal que nascia e se dilatava a golpes de montante dos primeiros Afonsos e dos Sanchos, a principal origem do ouro seria a moeda árabe, que ia substituindo as anteriores moedas, ainda muito apreciadas, de Visigodos e Romanos. Só mais tarde, com a fixação das conquistas além-Tejo, se iria buscar ouro às célebres minas da Adiça.

Haverá portanto de se estudar o outro na sua origem, isto é, nessas moedas que predominavam, para ajuizar do título que provavelmente adviria para a moeda portuguesa.

Mas, depois de partir de tal ouro adquirido, ainda seria natural que alguma liga se lhe juntasse para aumentar os réditos do erário real. E isto pode-se inferir da referida lei de 1253, onde os valores atribuídos às diversas moedas se não harmonizam com os seus pesos, se admitirmos a mesma liga para todas, como se poderá verificar a seguir.

Se partirmos da identificação do «quadratus de auro» com a *dobra mourisca*, do valor de 45 soldos e do peso de 4,80 grs., resultam números muito afastados da lei para qualquer das outras designações.

QUADRO III

Moedas citadas na lei (correspondências)	Valores da lei (soldos)	Pesos das moedas (gramas)	Valores relativos fixando 45 soldos para a dobra mourisca
MORAB. NOVVIS (Sancho II)	22	3,25	30,5
MORAB. VETVIS (Afonso II)	27	3,70	34,7
MORAB. ALFONS. (Afonso VIII e Sancho I)	30	3,82	35,8
QUADRATVS (<i>dobras mouriscas</i>)	45	4,80	45

Não há forma de harmonizar, como de resto já foi notado pelos mestres, pesos e valores para as possíveis identificações entre as moedas citadas e as conhecidas.

Mas, diz mais a lei de 1253 que a onça de ouro vale 11 libras, ou sejam 220 soldos. Ora, a este preço de ouro corresponde o valor atribuído aos «morabitus alfonsinus» — possivelmente os morabitos de Afonso VIII de Castela e os de Sancho I — porque partindo do seu peso, 3,82 grs., verifica-se que numa onça cabem 7,5 morabitos e, assim, para cada morabito virá o valor de 29,3 soldos,

$$\frac{28,69 \text{ (onça)}}{3,82} = 7,5$$

$$\frac{220 \text{ soldos}}{7,5} = 29,3$$

o que concorda com os 30 soldos estabelecidos na lei, demais que alguma coisa deveria ficar para trabalho e senhoreagem.

Por outro lado, de um estudo que fiz dos títulos de alguns exemplares das moedas que estou tratando, obtive números que vieram confirmar o que a lógica impunha.

Estes números obtidos, em aproximação razoável, são do seguinte teor:

SANCHO I (2 morabitinos do tipo n.º 2 do Quadro I)

	Título máximo, admitindo liga de cobre	830 ‰
1)	Título mínimo, admitindo liga de prata (morabitino do tipo n.º 4 do Quadro I)	760 ‰
	Título máximo	835 ‰
2)	Título mínimo	765 ‰

AFONSO II (morabitino do tipo n.º 3 do Quadro I)

	Título máximo	760 ‰
3)	Título mínimo	660 ‰
	(morabitino do tipo n.º 6 do Quadro I)	
	Título máximo	700 ‰
4)	Título mínimo	580 ‰

SANCHO II (morabitino novo, n.º 5 do Quadro I)

	Título máximo	740 ‰
5)	Título mínimo	630 ‰

1) 2 morabitinos da minha colecção.

2) Módulo pequeno; do Museu Numismático Português e proveniente da *Colecção «Guinle»*.

3) Módulo maior; do Museu Numismático Português.

4) Módulo menor; *idem*.

5) O novo morabitino, descrito ultimamente em *A Moeda* n.º 63-64.

ABDELUAHIDE II (dobra mourisca)

Título máximo	980 ‰
6) Título mínimo	970 ‰

Antes de prosseguir, será conveniente confessar que a determinação dos títulos do ouro das 6 moedas submetidas a estudo foi feita a partir das suas densidades, o que é um trabalho de resultados precários. Além do conhecido fenómeno da anomalia de densidades das ligas, o trabalho foi feito com desconhecimento das proporções em que na liga se encontrariam a prata e o cobre (1).

Como é óbvio, não pude submeter essas moedas de alto valor estimativo nem a ensaios químicos nem ao simples toque na pedra. Contudo, para me assegurar melhor da aproximação dos resultados obtidos, tratei duas moedas modernas (com pesos aproximados) de título conhecido e de cores diferentes — uma acusando mais prata e outra mais cobre — pelo mesmo processo das densidades e, em paralelo, pelos processos do toque e da análise química.

Embora os resultados fossem animadores, em qualquer caso todos os números são aproximados e necessitam de confirmação pelo estudo de mais morabitinos de Sancho I e de mais exemplares das outras moedas, o que será possível visto existirem nos museus públicos e em colecções particulares.

Os valores especificados na lei de 1253 nunca poderão ir além de valores médios, de aproximação relativa à dificuldade de se fazerem

6) Do Museu Numismático Português; descrito, sob o n.º 158, em *Moedas Árabes*, Joaquim Figaniér, Lisboa, 1949; peso 4,64 grs.

(1) Razão porque calculei os valores extremos, que correspondem a tomar para a liga só o cobre ou só a prata.

boas determinações metrológicas em época tão recuada e, por isso, não será necessário fazer análises de grande rigor.

Com os elementos acima tentei, então, harmonizar as moedas conhecidas com os valores fornecidos pela lei de 1253.

Tomando para os mui conhecidos morabitanos de Sancho I o título de 800 ‰ (o que será razoável), e fixando 3,82 grs. para peso e 30 soldos para valor, calculei o seu ouro fino e o que corresponderia a cada um dos valores atribuídos às outras moedas e, daqui, deduzi os títulos que produziriam os pesos que na realidade têm.

QUADRO IV

Moedas	Valores dados na lei	Pesos das moedas (grs.)	Ouro fino (grs.)	TÍTULOS	
				Calculados	Verificados
MORAB. NOVVS (Sancho II)	22	3,25	2,2	680	740-630
MORAB. VETVS (Afonso II)	27	3,70	2,7	730	760-580
MORAB. ALFONS. (Sancho I)	30	3,82	3,0	800	835-760
QUADRATVS (<i>dobras</i>)	45	4,80	4,5	937	980-970

Desta forma, teòricamente, obtive um título para cada espécie de moeda aproximado daquele que tinha encontrado pela análise das densidades ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Quando da minha comunicação de 13 de Março de 1951, só tinha conseguido estudar 2 moedas de Sancho I (módulo grande) e o novo morabitano de Sancho II e, por isso, nesta altura, disse: «Tudo me leva a crer que as outras moedas, que me não foi possível estudar, se comportarão de igual modo, isto é, tenham título que se harmonize com o que foi deduzido teòricamente». E assim aconteceu.

Como resultado do que fica exposto, sou conduzido a uma classificação dessas nobres e belas moedas de ouro dos primeiros reis da Dinastia Afonsina (já posta em relevo no Quadro II) e, embora reconhecendo que o edifício leva muito material hipótese, submeto-o à esclarecida consideração dos entendidos com prévio pedido de benevolência.

A identificação das moedas referidas na Lei de 1253, em face das peças conhecidas, poderá agora ser:

- «Morabitus novus» — os morabitos de Sancho II (de conhecimento recente);
- «Morabitus vetus» — os morabitos de Afonso II;
- «Morabitus alfonsinus» — os morabitos de Afonso VIII (Castela) e de Sancho I;
- «Quadratus de auro» — as dobras mouriscas.

Finalmente, pondo em equação os dois novos elementos tratados — a pequena moeda de Sancho e o título do ouro amoedado — a classificação dos morabitos conhecidos será distribuída por Sancho I, Afonso II e Sancho II, da seguinte forma:

SANCHO I (1185-1212) — morabitos com as legendas, mais ou menos completas,

(anv.) SANCIVS REX PORTVGALIS e
(rev.) IN NE PTRIS IFILII SPS SCI A,

sendo colocados, cronologicamente, primeiro os de maiores módulos e pesos (*figs. 2 e 4*);

AFONSO II (1212-1223) — morabitos com as legendas

(anv.) REGIS PORTVGALENSIVN e
(rev.) MONETA DOMINI ALFONSI,

começando pelos de maiores pesos e módulos (*figs. 3 e 6*);

SANCHO II (1223-1248) — morabitanos com as legendas
(anv.) REGIS PORTVGALENSVM e
(rev.) MONETA DOMINI SANCII (*fig. 5*).

*

* *

D. Afonso III não teria cunhado moeda de ouro, embora não haja razão formal para aniquilar a hipótese de o ter feito ao iniciar o seu governo, como acto de política de atracção, para logo ter de desistir de tal intento.

No caso afirmativo, das moedas conhecidas, só os pequenos morabitanos dos Afonsos, n.º 6 do Quadro I, poderiam corresponder a Afonso III; e, como têm um peso tendendo para 3,7 necessitariam ter um título aproximado de 600 ‰ para o seu valor corresponder ao dos «morabitanus novus» — 22 soldos.

Realmente, o título que encontrei para um dos morabitanos que têm o n.º 6 do Quadro I (n.º 4 da página 22) pode autorizar a admitir a hipótese de pertencer a Afonso III, tanto mais que se poderão colher como argumentos favoráveis o diminuto módulo (24,5 mm.) e a deslocação da cruz entre os ângulos superiores das quinas, no reverso, como se vê nas *figuras 3 e 6*. Contudo, examinando com atenção o detalhe de gravura, notar-se-á que este morabitano de pequeno módulo, lavrado em nome de Afonso, tem mais afinidades com o de maior módulo, também de Afonso, do que com o novo morabitano de Sancho.

Além disso, com uma herança de morabitanos já tão reduzidos no peso e no título, poucas possibilidades restavam a Afonso III para continuar o lavramento de tal moeda de ouro em época em que o nobre metal valia cada vez mais e dentro de um ambiente de compromissos tomados antes e depois de assumir a governação do reino de seu irmão Sancho.

Para não faltar ao prometido, pelo menos na aparência, ficava-lhe o recurso de mudar de sistema monetário... o que só veio a ser realizado mais tarde no reinado de Fernando I ou, possivelmente, ainda em tempos do rei justiceiro.

Afonso III não foi além de mudar o sistema de contagem, introduzindo a libra, moeda de conta de valor elevado que se harmonizava e impunha com a desvalorização do soldo.



Morabitino de Braga

Padre Eugénio Jalhay

por

Manuel Afonso do Paço

Padre Eugénio Jalhay ⁽¹⁾

NOS começos do último quartel do século passado veio para a Covilhã um técnico belga de fiação e tecelagem, de nome Émile Auguste Jalhay, natural de Verviers, a fim de proceder a trabalhos da sua especialidade.

Descendente de uma velha família de nobres pergaminhos de que rezam documentos datados de 1474, possuidora de castelo solarengo e de um povoado com o seu nome ⁽²⁾, Émile Auguste, nascido em 10 de Junho de 1843, era o sétimo filho de Leonard Joseph Jalhay e Marie Joseph Chantraine.

Na Covilhã enamorou-se de uma jovem, filha de um industrial de tecelagem, Adelaide da Ascensão Rogeiro Montês, com quem casou em 1878 na igreja de Paúl, tendo ele 35 anos e ela 18.

Sete semanas volvidas após o enlace, os dois esposos seguiram para

(1) Conferência pronunciada na Associação dos Arqueólogos Portugueses na noite de 15 de Janeiro de 1951, em sessão de homenagem à memória do P.º Eugénio Jalhay.

(2) J. S. Renier — *Histoire du Bande Jalhay, comprenant sa commune avec sa seigneurie*, Verviers, 1879.

a Bélgica, onde permaneceram três anos e nasceram os dois filhos mais velhos, Emílio e Adriana.

Voltando para Portugal, passou Émile Auguste a funcionário do Porto de Lisboa, nascendo do casal, nesta cidade, mais treze dos quinze filhos havidos, sete dos quais morreram de tenra idade.

O ante-penúltimo, de nome Eugénio Augusto dos Anjos, foi dado à luz na Rua das Necessidades a 13 de Julho de 1891.

Toda a série nascida em Lisboa foi registada no consulado belga, o que permitia, mais tarde, um direito de opção de nacionalidade.

Em 1900 falecia o pai Jalhay, apenas com 57 anos de idade, ficando a orientar a casa o irmão mais velho Emílio, que uma bala traiçoeira ceifou no Largo de S. Domingos em 5 de Abril de 1908, por ocasião de umas eleições, quando sossegadamente se dirigia para sua casa ⁽³⁾.

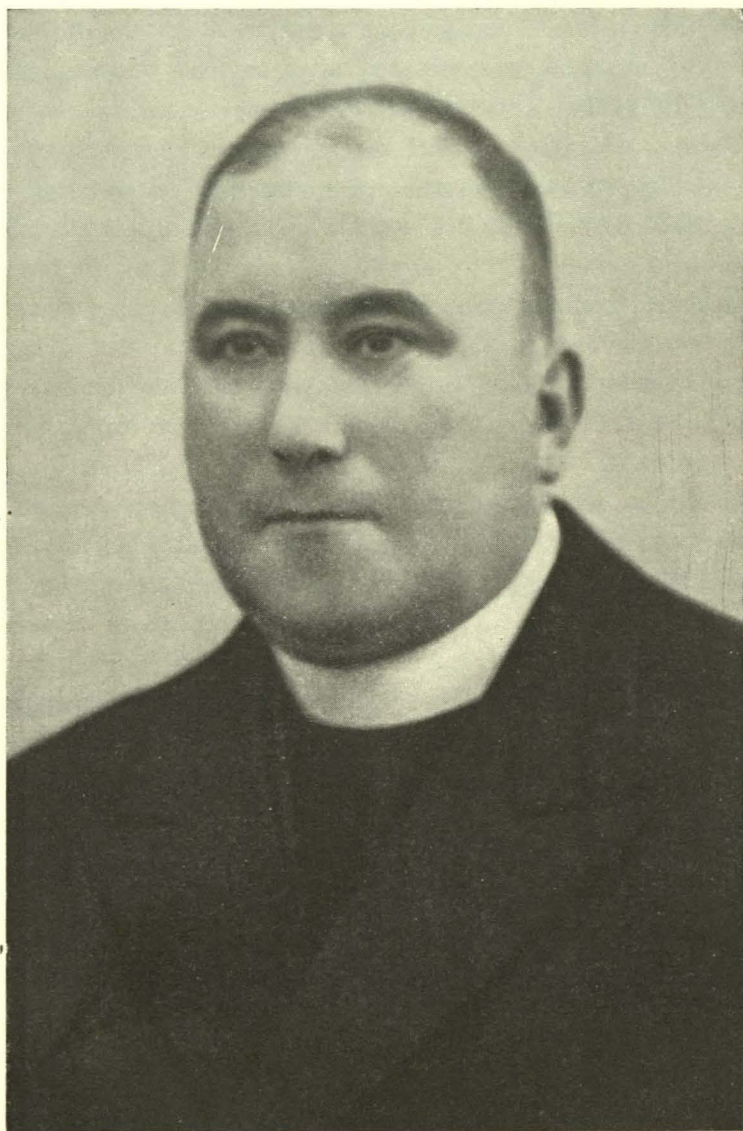
Em 5 de Setembro de 1905, catorze anos feitos, o pequeno Eugénio entrou para o Noviciado da Companhia de Jesus no Barro (Torres Vedras), onde emitiu profissão religiosa a 15 de Julho de 1908.

Em Maio deste ano tinham os seus irmãos em religião inaugurado no Monte da Pena, próximo do Colégio, um monumento à Imaculada Conceição, comemorativo das aparições em Lourdes.

A construção de uma estrada de acesso à estátua da Mãe de Deus, pôs a descoberto variados objectos arqueológicos que professores e alunos do Colégio recolhiam por ocasião dos seus passeios ao local, e o P.^e José Joaquim de Abreu Campo-Santo guardava pacientemente no seu quarto.

Em princípios de 1909, encontrava-se no Barro, por ter vindo passar uma temporada a Portugal a fim de se restabelecer, o P.^e Bovier-Lapierre,

(³) A seus irmãos José e Próspero Jalhay e sobrinhas Dr.^a D. Jacqueline Jalhay Saldanha de Azevedo e Engenheira D. Maria Luísa Jalhay, os nossos agradecimentos bem sinceros por todas as informações de família que nos forneceram.



P.º Eugénio Augusto dos Anjos Jalhay

cientista de renome, professor de Bacteriologia na Universidade de Beirute, autoridade em assuntos arqueológicos, que, ao saber dos achados de meses antes, resolveu fazer pesquisas no Monte da Pena.

As primeiras prospecções revelaram-lhe três pedras alinhadas próximo do monumento à Rainha dos Céus. Pressentindo coisa de maior vulto, muniu-se de um sacho e de uma podoa, cortou o matagal que nas imediações se elevava a grande altura, até que pôs a descoberto nem mais nem menos que a afamada «Tholos» do Barro.

Certamente que o então estudante de Humanidades, Eugénio Jalhay, tomara parte nas pesquisas acima referidas de professores e alunos, bem como acompanhou os reconhecimentos do P.^o Bovier-Lapierre, que nos descreve de batina e mangas arregaçadas atarefado na sua faina (4).

De tão importante achado deu o seu descobridor conhecimento ao Dr. José Leite de Vasconcelos (5) que, em vésperas de partir para um Congresso no Egipto, encarregou do caso o Dr. Félix Alves Pereira, então conservador do Museu Etnológico (6).

Este arqueólogo apresentou-se no Colégio do Barro a 8 de Abril desse ano de 1909, dando na manhã seguinte, em companhia do P.^o Bovier-Lapierre, início à escavação, que durou vários dias, e na qual tomou parte

(4) Rev. Dr. Eugénio Jalhay, S. J. — *O Monumento Funerário do Monte da Pena (Barro)*, «Badaladas», n.ºs 15, 19 e 21, Torres Vedras, 1949.

(5) Foi ainda o P.^o Bovier-Lapierre, em companhia do P.^o Alphonse Luisier, quem assinalou a existência de objectos paleolíticos na serra do Monsanto (Eugénio Jalhay e Afonso do Paço — *Paleo e Mesolítico Português*. Academia Portuguesa da História, «Anais», vol. IV, pág. 22, Lisboa, 1941.

(6) F. Alves Pereira — *Processo oficial do monumento pré-histórico do Monte da Pena (Torres Vedras)*. «O Archeólogo Português», vol. XIV, pág. 354, Lisboa, 1909.

o estudante Jalhay, que desta maneira foi lançado na senda arqueológica onde tanto havia de brilhar.

De volta do Cairo, foi Leite de Vasconcelos ao Barro, a 6 de Julho. Jalhay foi apresentado ao insigne Mestre que muito o animou a cultivar a Arqueologia e lhe ofereceu um exemplar do seu *Portugal Pré-histórico*, certamente o primeiro volume para uma biblioteca da especialidade.

Permaneceu ainda Jalhay algum tempo no Barro, até que em 1910, pouco antes do dia 5 de Outubro, seguiu para Tortosa, em Espanha, onde estudou Filosofia durante um ano, continuando depois o mesmo curso, por mais dois anos, em Lovaina, na Bélgica.

Passou depois a professor do Colégio aberto pela Companhia de Jesus em Jette-Saint-Pierre, perto de Bruxelas, para alunos portugueses.

Aos 21 anos, apesar de pertencer à província lusitana da Companhia, não podendo entrar em Portugal, continuou belga de nacionalidade e em 1914, quando da invasão do seu país pelos germânicos, tomou parte na guerra, bem como seus irmãos e a Irmã Amélia, em religião Emília da Ascensão (S. José de Cluny) (7).

Alistado nas tropas do Serviço de Saúde, por motivo da sua vida religiosa, na confusão de uma retirada tomaram-no como espião, foi preso e ameaçado de fuzilamento por uma multidão ululante e desvairada que à volta dele se agrupou.

Destroçados os exércitos do Rei Alberto, seguiu para Inglaterra, onde permaneceu breves dias e depois para o Colégio que os Jesuítas portugueses tinham instalado em Los Placeres, Pontevedra, Espanha.

Daqui transitou em 1916, com o mesmo Colégio, para La Guardia, onde exerceu funções de professor.

(7) A acção da Irmã Emília, como enfermeira, foi tão notável que mereceu elogios e condecorações do governo francês.

Por esta ocasião o gosto arqueológico levou-o a tomar parte nas escavações do castro de Santa Tecla, vizinho da sua residência.

Em 1919 foi estudar Teologia para Oña, próximo de Burgos, onde recebeu ordens sacerdotais a 30 de Julho de 1922, celebrando Missa Nova a 2 de Agosto, no Instituto Nun'Álvares, em La Guardia, cerimónia esta a que assistiu sua Mãe e várias outras pessoas de Família.

Durante a permanência em Oña, o vírus inoculado no Barro tomou grande incremento. A riqueza arqueológica da região proporcionou-lhe variados reconhecimentos, que depois alargou pelo Norte de Espanha, estabelecendo contactos e tomando parte em escavações de mestres abalisados como o Prof. Dr. Hugo Obermaier, Conde de La Vega del Sella, etc.

Tudo isto lhe permitiu adquirir uma sólida técnica de trabalhos de campo que lhe devia ser de grande utilidade.

A existência de um *Corpus* de Hübner, na biblioteca da casa de Oña, despertou em Jalhay a paixão pela Epigrafia, ramo arqueológico por que manteve sempre um carinho muito especial, manifestado exuberantemente sempre que se lhe deparava qualquer inscrição latina.

Foi ainda durante a estadia na região de Burgos, que ensinou os primeiros passos e lançou abertamente no caminho da Pré-história, um «chiquito» de catorze anos, de nome Júlio Martinez Santa-Olalla, ao tempo jovem estudante e que hoje ocupa lugares de bem merecido destaque na Arqueologia espanhola, como sejam o de Professor da Universidade Central de Madrid e Comissário Geral de Escavações Arqueológicas.

Santa-Olalla, que recebeu de Jalhay o gosto pela Arqueologia e a indicação dos primeiros livros a comprar para a sua nascente biblioteca da especialidade, considera-se ainda hoje seu discípulo, mesmo o seu único discípulo.

Datam da sua estadia em Oña os primeiros escritos arqueológicos, vindos a lume uns em Barcelona e outros em Portugal.

Os de Barcelona, visando uma arqueologia de carácter local, publicados na revista «Ibéria», foram:

- *Antiguedades ibéricas y romanas en el partido de Briviesca (Burgos)* (8).
- *Epigrafia romana inédita de la provincia de Burgos* (9).
- *Nuevos descubrimientos arqueológicos en Hermosilla (Provincia de Burgos)* (10).
- *Las piedras sepulcrales romanas de La Bureba (Burgos)* (11).

Paralelamente e focando assuntos de carácter mais geral, nos quais enquadra de um modo especial a nossa pré-história, publicou na «Brotéria» outra série de quatro artigos, subordinados ao tema:

— *Algumas palavras sobre arqueologia:*

- I — *As investigações arqueológicas em Portugal* (12).
- II — *O homem terciário: provas directas e indirectas* (13).
- III — *A idade da pedra lascada ou o período paleolítico* (14).
- IV — *Notas finais sobre o paleolítico. O epipaleolítico* (15).

(8) «Ibéria», vol. XV, pág. 92, Barcelona, 1921.

(9) *Idem*, vol. XVI, pág. 314, Barcelona, 1921.

(10) *Idem*, vol. XVII, pág. 332, Barcelona, 1922.

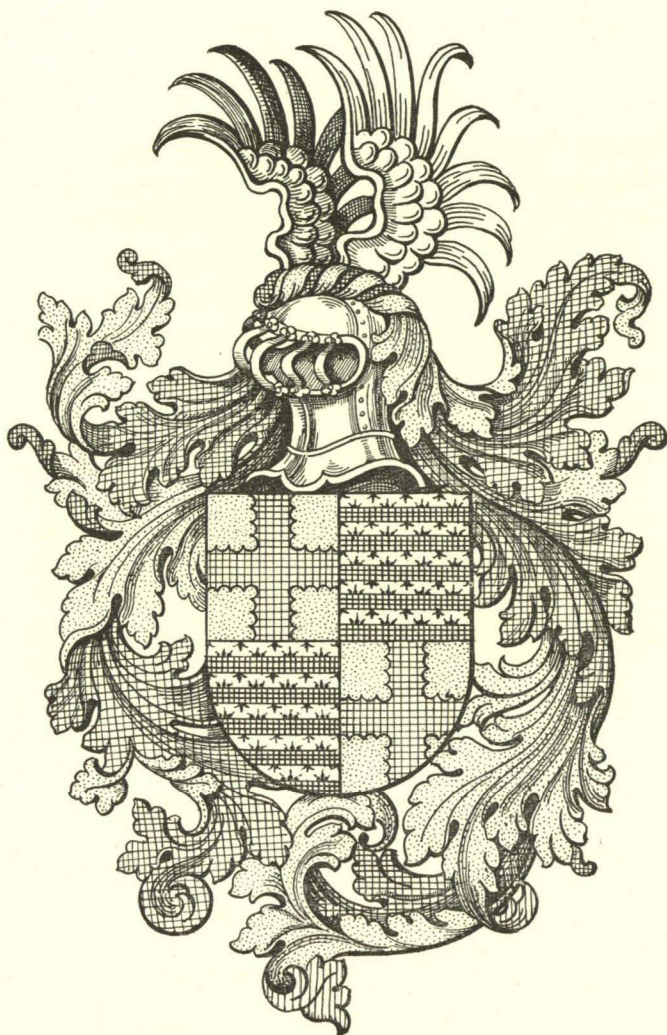
(11) *Idem*, vol. XIX, pág. 12, Barcelona, 1923.

(12) «Brotéria», vol. XIV, pág. 69, Braga, 1921.

(13) *Idem*, vol. XIX, pág. 251, Braga, 1921.

(14) *Idem*, vol. XX, pág. 122, Braga, 1922.

(15) *Idem*, vol. XXI, pág. 213, Braga, 1923.



Armas usadas pela familia Jalhay

No primeiro desta última série, dá-nos uma excelente resenha das investigações arqueológicas no nosso País.

No segundo, ao estudar o problema do homem terciário, não deixou de abordar o caso do «Anthropopithecus Ribeiroi» do Congresso de 1880.

No terceiro, encara de um modo geral a idade da pedra lascada.

No quarto, além de um estudo sobre o epipaleolítico, contém larga apreciação do volume do Prof. Joaquim Fontes *O Homem Fossil em Portugal* e dos concheiros de Muge.

A fim de completar a sua formação religiosa, parte em fins de 1923 para Tronchiennes, na Bélgica, onde aproveita a oportunidade para estudar vários aspectos da arqueologia deste país e principalmente a estação eneolítica de Omal, em cujas escavações tomou parte no ano de 1924.

São dos anos de 1923 e 1924 algumas notícias arqueológicas como:

— *Uma visita de estudo a algumas colecções arqueológicas de Madrid* ⁽¹⁶⁾,

onde nos fala do Museu Arqueológico Nacional, Antropológico, Museu de Ciências Naturais, Academia Real de História e Museu do Marquês de Cerralbo.

— *Descobrimientos arqueológicos de Luksor (Egipto)* ⁽¹⁷⁾.

— *Uma jóia artística para fora do País* ⁽¹⁸⁾

em que se insurge contra a perda do tesouro do Chão de Lamas.

— *O Congresso da Associação Francesa para o Progresso das Ciências* ⁽¹⁹⁾

reunido em Agosto de 1924 em Liège e em que tomou parte.

⁽¹⁶⁾ «Brotéria», vol. XXI, pág. 107, Braga, 1923.

⁽¹⁷⁾ *Idem*, vol. XXI, pág. 159, Braga, 1923.

⁽¹⁸⁾ *Idem*, vol. XXII, pág. 273, Caminha, 1924.

⁽¹⁹⁾ *Idem*, vol. XXII, pág. 274, Caminha, 1924.

No verão deste ano voltou para o Colégio de La Guardia, onde continuou as suas funções de professor ⁽²⁰⁾.

Passou nesta altura a fazer parte da redacção da «Brotéria», na qual, em 1925, começou a publicar uma nova série de estudos sobre o tema:

O que nos diz a Ciência sobre a origem do Homem:

I — *Palavras prévias* ⁽²¹⁾.

II — *As raças humanas fósseis* ⁽²²⁾.

⁽²⁰⁾ De 1922 a 1929 escreveu uma série de notícias e artigos, que não sendo de carácter arqueológico, não deixaremos de referir:

- *Influência da guerra de 1914-1918 na indústria das matérias corantes*, «Brotéria», vol. XX, pág. 58, Braga, 1922.
- *Idem* «Brotéria», vol. XX, pág. 265, Braga, 1922.
- *Variedades: Efeitos do alcoolismo, A situação de Angola, Progressos da navegação*, etc. «Brotéria», vol. I (2.^a S.), pág. 47, Caminha, 1925.
- *Congresso Eucarístico da Póvoa de Varzim*. «Brotéria», vol. I, pág. 415, Caminha, 1925.
- *Cardeal Mercier*. «Brotéria», vol. II, pág. 143, Caminha, 1926.
- *As grandes revistas da Companhia de Jesus*. «Brotéria», vol. III, pág. 302, Caminha, 1926.
- *Rev. P.^o João Serafim Gomes*. «Brotéria», vol. IV, pág. 175, Caminha, 1927.
- *O II Congresso Eucarístico Nacional de Guimarães*. «Brotéria», vol. V, pág. 65, Caminha, 1927.
- *O Terceiro Congresso Geral da Associação Católica da Juventude Belga*. «Brotéria», vol. V, pág. 296, Caminha, 1927.
- *O Incidente «Prayer Book» e a encíclica «Mortalium Animos»*. «Brotéria», vol. VI, pág. 214, Caminha, 1928.
- *Pio XI e as Ciências*. «Brotéria», vol. VIII, pág. 229, Porto, 1929.

⁽²¹⁾ «Brotéria», vol. I (2.^a S.), pág. 35, Caminha, 1925.

⁽²²⁾ *Idem*, vol. I, pág. 86, Caminha, 1925.

- III — *As raças humanas fósseis (continuação)* (23).
- IV — *As raças humanas fósseis (continuação)* (24).
- V — *As raças humanas fósseis (continuação)* (25).
- VI — *As condições morais e psíquicas do homem fóssil* (26).
- VII — *As condições morais e psíquicas do homem fóssil (continuação)* (27).
- VIII — *As condições morais e psíquicas do homem fóssil (continuação)* (28).
- IX — *O Pitecantropo de Java* (29).
- X — *Novos descobrimentos de esqueletos humanos fósseis. Relações entre as raças quaternárias e as actuais* (30).
- XI — *Será o tipo de Neanderthal representante de uma verdadeira raça humana?* (31).
- XII — *A antiguidade do homem segundo os últimos dados da geologia e da pré-história* (32).

(23) «Brotéria», vol. I, pág. 124, Caminha, 1925.

(24) *Idem*, vol. I, pág. 251, Caminha, 1925.

(25) *Idem*, vol. I, pág. 397, Caminha, 1925.

(26) *Idem*, vol. I, pág. 593, Caminha, 1925.

(27) *Idem*, vol. II, pág. 75, Caminha, 1926.

(28) *Idem*, vol. II, pág. 220, Caminha, 1926.

(29) *Idem*, vol. IV, pág. 73, Caminha, 1927.

(30) *Idem*, vol. IV, pág. 284, Caminha, 1927.

(31) *Idem*, vol. V, pág. 5, Caminha, 1927.

(32) *Idem*, vol. VIII, pág. 305, Porto, 1929.

Mais tarde, analisando a obra científica do seu irmão P.^e Teilhard de Chardin, voltou a encarar este problema da origem do Homem, um dos que mais o apaixonava, no trabalho:

— *A antiguidade do homem (Novos elementos para o seu estudo)* (33).

Depois de sólida formação, das visitas a museus e de ter trabalhado em escavações na Bélgica, também na nossa península comparticipou nos trabalhos de campo das grutas de Altamira, Balmori, La Franca, etc., nos anos de 1925 e 1926.

No volume especial da «Brotéria», comemorativo do seu 25.^o aniversário, colaborou com o artigo:

— *Uma nova teoria sobre o glaciário quaternário* (34),

onde aprecia as ideias do seu amigo conde de La Vega del Sella expostas numa publicação sobre o glaciário quaternário resultante de deslocamentos polares (35).

A mudança para a Galiza, a que atrás nos referimos, fez convergir as suas actividades, mais ou menos dispersas, para a província em que se fixou e lhe proporcionava novos e vastos horizontes arqueológicos.

Mais uma vez o meio não deixou de ter influência no Homem. Surgem

(33) «Brotéria», vol. XIII, pág. 305, Lisboa, 1931.

(34) *Idem*, número comemorativo do XXV aniversário, pág. 71, Caminha, 1927.

(35) Conde de La Vega del Sella — *Teoría del glaciário cuaternário por desplazamientos polares*. «Memória n.º 38» da C. I. P. P., Madrid, 1927.

na vida científica de Jalhay os problemas locais do Noroeste, vivendo-os intensamente como várias vezes tivemos ocasião de observar.

O «Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense» reclama a sua colaboração e o primeiro artigo vem a lume em 1925, com o título:

— *El asturiense en Galicia* ⁽³⁶⁾.

Nele lastima o facto de não se saber o lugar verdadeiro do achado de alguns instrumentos de tipo asturiense existentes no pequeno Museu do Colégio, mas que marcavam já a presença, na costa galega, vizinha de La Guardia, de uma indústria semelhante em tipologia, à que o conde de La Vega del Sella identificara nas Astúrias.

A estes mesmos objectos já se referira o Prof. Dr. Joaquim Fontes ao estudar, em Janeiro de 1925, a *Estação paleolítica de Camposancos* ⁽³⁷⁾.

A existência de um noviciado da Companhia em Oya, não longe de La Guardia, onde Jalhay passava algum tempo de férias, levou-o a percorrer as montanhas das suas imediações, estudando com afinco as suas gravuras rupestres e os seus castros, publicando em 1927:

— *Un nuevo castro galego (Oya-Pontevedra)* ⁽³⁸⁾.

Em Setembro deste ano de 1927, outro notável cientista da Compa-

⁽³⁶⁾ «Boletín C. P. M. H. A. Orense», tomo VIII, n.º 165, Orense, 1925.

⁽³⁷⁾ Joaquim Fontes — *Estação paleolítica de Camposancos*. «Brotéria», vol. I, fasc. I, pág. 7, Caminha, 1925.

⁽³⁸⁾ «Boletín C. P. M. H. A. Orense», tomo VIII, n.º 173, Orense, 1927.

nhia de Jesus, que vivia e ensinava no Instituto Nun'Álvares, em La Guardia, o Rev. Dr. Alphonse Luisier, quando recolhia algas para estudo entre as penedias da costa, encontrou dois picos tipo asturiense que, alvo- roçado, foi entregar ao P.^e Jalhay.

Ambos percorreram a seguir o local, do que resultou a descoberta de uma estação daquela indústria, com dezenas de instrumentos.

O estudo que publicou sobre tão importante achado:

— *La estacion asturiense de La Guardia (Galicia)* (39).

— *A estação asturiense de La Guardia (Galiza)* (40).

Este achado arqueológico e sua divulgação, foi incêndio que alastrou pela costa galega e portuguesa, originando no nosso País a descoberta de uma série de estações, figurando entre as primeiras as que Rui de Serpa Pinto encontrou em Âncora e Afife, Abel Viana na Areosa e nós em Carreço.

Os estudos da região portuguesa tentavam-no, apesar de proscrito. Não sendo o rio Minho uma fronteira intransponível, atravessou-o em 1927 a convite do seu amigo P.^e Loução, abade de Gondarém, fazendo os primeiros reconhecimentos por sua conta no país que lhe foi berço. Fez explorações no castro daquela localidade, as quais, por incompletas, nunca chegou a publicar.

Em 1928, ao trasladar-se para Lisboa a sede da «Brotéria», Jalhay veio para a nossa capital e começa a frequentar com assiduidade as reuniões da Secção de Pré-história da Associação dos Arqueólogos Portugueses, de que era sócio correspondente desde 20 de Dezembro de 1922 e titular desde Julho de 1926. Eleito vice-presidente da Secção de Pré-história em 21 de Novembro de 1928 e 1.^o vice-presidente da Direcção

(39) «Boletim C. P. M. H. A. Orense», tomo VIII, n.^o 170, 1928.

(40) «Brotéria», vol. VI, pág. 75, Caminha, 1928.

em 24 de Julho de 1944, conservava estes dois cargos dentro da Associação quando do seu falecimento.

Datam daquele ano de 1928 os nossos conhecimentos, transformados depois na mais íntima colaboração científica. Jalhay conseguiu despertar em nós um mais vivo entusiasmo pelas coisas de Pré-história, de que tínhamos recebido ensinamentos do Prof. José Leite de Vasconcelos, quando na Faculdade de Letras de Lisboa frequentámos a cadeira de Arqueologia, e que o Mestre nos continuou a transmitir mais tarde, nas reuniões da Secção de Pré-história da nossa Associação. E houve-se Jalhay com tal arte, que conseguiu afogar em nós os voos etnográficos pelos quais sentíamos ao tempo maior predilecção, em detrimento dos arqueológicos.

Instalado em Lisboa, continuou ligado pelo cordão umbilical da Ciência à Galiza, onde ia por ocasião de férias ou retiros espirituais, buscar elementos para novos estudos.

Tendo nós descoberto na Páscoa de 1929 as estações paleolítica e tipo asturiense de Carreço (Viana do Castelo), convidámo-lo a visitar aquela costa minhota no verão desse ano, quando seguisse a caminho de terras de Espanha.

Encantado com a ideia, acompanhámo-lo depois na exploração de um concheiro que fora identificado num dos recreios do Colégio de La Guardia e na procura de gravuras rupestres nas imediações do noviciado da Companhia em Oya.

Os dias que convivemos em Carreço e na Galiza, as visitas que fizemos ambos ao castro de Santa Tecla e Museu da Sociedade Pró-Monte, a exploração do concheiro e busca de gravuras rupestres, tornaram-se fundamentos sólidos de uma boa amizade e excelente colaboração, além de proveitosos ensinamentos práticos para nós, ainda não muito experimentado em assuntos arqueológicos fora dos livros.

O concheiro de La Guardia e as indústrias líticas da Galiza e do Norte de Portugal, forneceram-lhe ainda assunto para os seguintes trabalhos:

- *Un nuevo concheiro prehistorico descubierto en Galicia* ⁽⁴¹⁾.
- *Algumas notas sobre o asturiense da Galiza* ⁽⁴²⁾.
- *L'industrie de type asturien sera-t-elle une industrie purement locale?* ⁽⁴³⁾.
- *Serão pré-asturienses as estações pré-históricas do litoral galaico-minhoto?* ⁽⁴⁴⁾.

e a sua tradução em espanhol:

- *Seran pre-asturienses las estaciones prehistóricas del litoral galaico-português, proximo al Mino?* ⁽⁴⁵⁾.
- *Alguns raspadores da indústria galaico-minhota de tipo asturiense* ⁽⁴⁶⁾.
- *Uma nova hipótese sobre a utilização da indústria lítica de tipo asturiense* ⁽⁴⁷⁾.

e a sua versão espanhola:

- *Una nueva hipótesis sobre la utilización de la industria lítica de tipo asturiense* ^(47a).

Mas não foram somente as indústrias líticas destas praias galaico-minhotas que prenderam o seu espírito.

⁽⁴¹⁾ «Boletín C. P. M. H. A. Orense», tomo VIII, n.º 189, Orense, 1929.

⁽⁴²⁾ Comunicação ao «Congresso da Associação Espanhola para o Progresso das Ciências», Barcelona, 1929.

⁽⁴³⁾ Comunicação a «The First International Congress of Prehistoric and Proto-historic Sciences», London, 1932.

⁽⁴⁴⁾ «Brotéria», vol. XVI, pág. 102, Lisboa, 1933.

⁽⁴⁵⁾ «Boletín C. P. M. H. A. Orense», tomo X, n.º 208, Orense, 1933.

⁽⁴⁶⁾ «Revista de Arqueologia», tomo I, fasc. IV, Lisboa, 1933.

⁽⁴⁷⁾ *Homenagem a Martins Sarmiento*, Guimarães, 1933.

^(47a) «Boletín C. P. M. H. A. Orense», tomo X, n.º 216, Orense, 1934.

Além de percorrer, como dissemos, as montanhas vizinhas de Oya, reconheceu as encostas entre Baiona e o Minho, encontrando muitas gravuras rupestres, algumas com sinais zoomorfos, matéria prima para os seguintes estudos:

- *Los grabados rupestres del extremo sudoeste de Galicia* (48).
- *Algunos exemplares de arte rupestre en los alrededores de Oya* (49).
- *Nuevas manifestaciones de arte rupestre del noroeste de la Peninsula* (50).
- *Novas descobertas pré-históricas do sudoeste da Galiza e norte de Portugal* (51).

Também num trabalho:

- *Os Oestrimios, os Sefes e a ofiolatria na Galiza* (52)

aborda problemas da pré-história galega, que se prendem com o volume do mesmo nome dos arqueólogos Florentino Lopes Cuevillas e F. Bouza-Brey, sobre os povos da costa ocidental da Península (53).

Uma gravura do castro de Santa Tecla deu-lhe ainda motivo para o último estudo sobre a Galiza:

- *El culto del hacha en el castro de Santa Tecla (La Guardia-Pontevedra)* (54).

(48) «Boletín C. P. M. H. A. Orense», tomo VII, n.º 167, Orense, 1926.

(49) *Idem*, tomo VIII, n.º 184, Orense, 1929.

(50) *Idem*, tomo IX, n.º 199, Orense, 1931. Comunicação ao «XVº Congrès International d'Anthropologie et d'Archeologie Prehistoriques», Coimbra-Porto, 1931.

(51) «Congresso da Assoc. Espanhola para o Progresso da Ciência», Lisboa, 1932.

(52) «Brotéria», vol. IX, pág. 311, Lisboa, 1929.

(53) *A Cruña*, 1929.

(54) «Bol. de la Comision de Monumentos de Orense», vol. X, n.º 217, Orense, 1934.

Como vemos, muito fica devendo a nação vizinha à actividade científica do P.^o Eugénio Jalhay.

Mas a vinda para Lisboa, em 1928, traz uma nova fase ao torvelinho do seu labor arqueológico, encadeada a princípio com a que acabamos de descrever.

Portugal começa a fornecer-lhe uma série de assuntos que o há-de assoberbar e contribuir em muito para o prematuro fim de vida.

Nos primeiros dias do mês de Maio de 1930 deram os jornais a notícia do aparecimento do célebre tesouro do Álamo, encontrado fortuitamente no concelho de Moura.

Falou-se dele na reunião da Secção de Pré-história de 15 do mês, e numa sessão extraordinária da Associação dos Arqueólogos de 2 de Junho seguinte, esteve presente o Ex.^{mo} Administrador daquele concelho que consigo trazia o precioso tesouro.

Para o seu estudo foi nomeada uma comissão presidida pelo Prof. Dr. Joaquim Fontes e secretariada pelo P.^o Eugénio Jalhay.

O relato que fizera, publicado com o título:

— *O tesouro do Álamo (Moura-Alentejo)* ⁽⁵⁵⁾,

foi o que rigorosamente podemos chamar o seu primeiro trabalho de arqueologia cem por cento nacional.

Numa sessão de homenagem realizada na Associação dos Arqueólogos em memória do Prof. Dr. Hugo Obermaier, proferiu algumas palavras sob o título:

— *Saudação ao Professor Obermaier* ⁽⁵⁶⁾.

⁽⁵⁵⁾ «Brotéria», vol. XII, pág. 35, Lisboa, 1931.

⁽⁵⁶⁾ «Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses», vol. I, pág. 19, Lisboa, 1934.

E mais tarde, em homenagem ao Prof. J. Leite de Vasconcelos, disse:

— *O Doutor José Leite de Vasconcelos, Pré-historiador* (57).

Mas a actividade dos Jesuítas que fazem parte da redacção da «Brotéria» não se limita a funções burocráticas da revista.

A falta de clero secular por um lado, e a sua preparação especial por outro, obriga-os a uma actividade extraordinária fora de suas casas.

A organização da J. E. C., que incluiu o P.º Engénio Jalhay nos seus quadros directivos, os serviços espirituais prestados a um colégio de Torres Novas onde se encontrava sua Mãe, levaram-no às margens do Almonda e a um peregrinar incessante por todo o País, funções de que distraía sempre um bocadinho para visitas a museus e outras velharias das regiões por onde passava, fazendo depois, do que vira e estudara, excelentes comunicações à Secção de Pré-história da Associação dos Arqueólogos, de algumas das quais elaborara artigos como:

— *A adaga da Quinta da Romeira* (58).

— *Alguns cossoiros notáveis do «Castelo» de Tendais* (59).

— *Uma curiosa estatueta de barro* (60).

Na Associação dos Estudantes Católicos da Universidade do Porto, em conferência, apresentou como exemplo nobilíssimo a seguir, a vida e obra do malgrado e querido amigo:

— *Dr. Rui de Serpa Pinto* (61),

(57) «Trab. Assoc. Arq. Portugueses», vol. VII, pág. 11, Lisboa, 1943.

(58) «Brotéria», vol. XIX, pág. 22, Lisboa, 1934.

(59) «Revista de Arqueologia», fasc. IV, tomo I, Lisboa, 1934.

(60) *Idem*, fasc. VII, tomo II, Lisboa, 1936.

(61) «Brotéria», vol. XVIII, pág. 90, Lisboa, 1934.

Ainda como exemplo para os rapazes da J. E. C. escreveu: *Eugénio Gonçalves Martins*, edição da «Brotéria», Lisboa, 1935, trabalho que nos relata a vida de um jovem seminarista de eleição, chamado a Deus na flor da idade.

cuja morte, na flor da vida e em verdadeira pujança intelectual, se pode considerar de verdadeira perda nacional para a arqueologia portuguesa.

Na sua visita às secções da J. E. C. levava mesmo os rapazes a fazer investigações por sua conta, de que resultaram achados interessantes, como o que nos relata no artigo:

— *O paleolítico da Beira-Baixa* (62).

Na tarde de 12 de Setembro de 1932, a convite de um consócio da Associação dos Arqueólogos Portugueses residente na linha de Cascais, e membro da municipalidade desta vila, visitámos com Jalhay a gruta sepulcral de Alapraia, hoje chamada gruta I.

Procedendo-se a pesquisas nas imediações, orientadas por informes que no local nos foram dados, identificámos a gruta II, a cuja exploração demos início no dia seguinte, mercê das facilidades concedidas pela Câmara de Cascais.

Foi o nosso primeiro grande trabalho resultante de uma colaboração esboçada, como dissemos, em 1929 em Carreço e na Galiza, e de que saiu a primeira publicação assinada por ambos:

— *As grutas de Alapraia* (63).

que contém o relato das campanhas de 1932 e 1934, interrompidas, mau grado nosso, em 1933.

Com a campanha de 1935 demos por terminada a exploração da gruta II, para o que muito contribuíram a Câmara Municipal de Cascais e a extinta Junta de Educação Nacional, hoje Instituto de Alta Cultura.

(62) «Brotéria», vol. XXII, pág. 67, Lisboa, 1936.

(63) *Idem*, vol. XXI, pág. 108, Lisboa, 1935.

Durante muito tempo nos reunimos para estudo do espólio e sua publicação condigna, que só nos foi possível fazer com os recursos que o Estado pôs à disposição da Academia Portuguesa da História, para as comemorações do duplo centenário, em 1940.

O notável recheio desta gruta, depois de estudado, foi ter ao Museu dos Condes de Castro Guimarães em Cascais, mercê dos bons officios do então presidente da Junta de Turismo local, Engenheiro Jaime Teles de Abreu Nunes e Dr. Fausto de Figueiredo, tornando-se a sala de pré-história ali existente lugar de visita indispensável a quem pretenda conhecer a arqueologia portuguesa.

A publicação que se fez,

— *A gruta II da necrópole de Alapraia* ⁽⁶⁴⁾,

mereceu-nos os maiores cuidados, que o luxo da edição valorizou de um modo muito especial.

Ainda sobre o espólio desta gruta, Jalhay escreveu sozinho:

— *A cerâmica eneolítica de Alapraia e a cultura do vaso campaniforme* ⁽⁶⁵⁾.

As colecções arqueológicas particulares dos nossos amigos Dr. Aurélio Ricardo Belo e Leonel Trindade, em Torres Vedras, e de Hipólito Cabaço, em Alenquer, foram motivo de várias visitas de estudo em comum, sem que delas se publicasse qualquer trabalho, por se tratar de coisas que não eram do domínio público.

⁽⁶⁴⁾ Academia Portuguesa da História, «Anais», vol. IV, Lisboa, 1941.

⁽⁶⁵⁾ «Brotéria», vol. XXIII, pág. 320, Lisboa 1936.

Contudo, sobre as colecções de Alenquer, subscreveu Jalhay com Hipólito Cabaço:

— *Estela funerária de Alenquer* ⁽⁶⁶⁾

e sozinho:

— *A espada de bronze do Moinho do Raposo (Alenquer)* ⁽⁶⁷⁾.

No ano de 1936 identificou Hipólito Cabaço o castro de Vila Nova de S. Pedro, no qual fez reconhecimentos muito dispendiosos, custeados pela sua bolsa particular.

Nã podendo prosseguir com tais trabalhos a expensas suas, notificou o facto à Associação dos Arqueólogos, que tratou de obter créditos para uma exploração em regra, concedidos primeiro pelo Instituto de Alta Cultura e depois pelo Ministério das Obras Públicas — Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Datam de 1937 as campanhas de escavações nesta localidade, tendo nos primeiros anos a amável companhia de Hipólito Cabaço e de seus filhos António, Faustino e Domingos.

Tomou Jalhay parte bem activa em treze das catorze campanhas realizadas até 1950, apenas com interrupção da do ano de 1939, por motivo de doença e melindrosa operação a que teve de ser submetido.

O que estas campanhas nos custaram, só Deus e nós o sabemos.

Basta dizer-se que por nossa parte lhes sacrificámos, desde o início, a totalidade da licença com que o Estado brinda os seus funcionários, sem a menor retribuição ou simples agradecimento.

O indispensável de comodidades de que se necessitava e ali não podíamos ter, os transportes numa carroça para não sobrecarregar as pequenas dotações orçamentais, a impossibilidade de um descanso nocturno, cujas causas não vale a pena referir, mas que a cada passo ressaltam da leitura

⁽⁶⁶⁾ «Revista de Arqueologia», fasc. IV, tomo II, Lisboa, 1935.

⁽⁶⁷⁾ «Bol de la Comision de Monumentos de Orense», tomo XIV, Orense, 1943-1944.

dos diários de campanha, e tantas outras coisas mais que não vem para aqui enumerar, fizeram de Vila Nova de S. Pedro um calvário que todos os anos subíamos de rosto prazenteiro.

O renome nacional e internacional que o castro desde logo adquiriu, mercê das publicações que espalharam pelos quatro ventos o conhecimento do importante espólio recolhido, tornaram-se fortes cadeias que nos amarraram de alma e coração àquele povoado pré-histórico, àquela pobre aldeia e suas gentes de hoje que vegetam nos confins de Lisboa, completamente abandonadas dos homens e de Deus.

O conforto espiritual que Jalhay levava àquelas boas almas sequiosas das verdades eternas, o Baptismo que lhes ministrara em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, a Eucaristia com que alimentara algumas pequeninas almas, foram grande lenitivo para tudo. Vila Nova de S. Pedro, que durante a semana era uma missão científica, transformava-se ao domingo numa missão de almas. Sacerdote e arqueólogo, conjugava Jalhay à maravilha, e com o mesmo rigor, estas duas funções que Deus lhe destinara no mundo.

Sobre este castro, subscrevemos ambos os seguintes trabalhos:

- *A póvoa eneolítica de Vila Nova de S. Pedro — Notas sobre a 1.^a e 2.^a campanhas* ⁽⁶⁸⁾.
- *A póvoa eneolítica de Vila Nova de S. Pedro — Notas sobre a 3.^a, 4.^a e 5.^a campanhas* ⁽⁶⁹⁾.
- *A póvoa eneolítica de Vila Nova de S. Pedro — Notas sobre a 6.^a campanha* ⁽⁷⁰⁾.
- *El castro de Vilanova de San Pedro* ⁽⁷¹⁾.

⁽⁶⁸⁾ «Brotéria», vol. XXVIII, pág. 686 e vol XXIX, págs. 86, 325 e 428.

⁽⁶⁹⁾ *Idem*, vol. XXXIV, pág. 635, Lisboa, 1943.

⁽⁷⁰⁾ *Idem*, vol. XXVII, pág. 37, Lisboa, 1943.

⁽⁷¹⁾ «Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria», Tomo XX, Madrid, 1945.

Isoladamente escreveu Jalhay para um congresso em 1942:

— *O castro eneolítico de Vila Nova de S. Pedro e as suas relações com o Norte africano e o Mediterrâneo oriental* (72).

Contém ainda referências a Vila Nova de S. Pedro, bem como Alapraia, etc.; o seguinte trabalho de Jalhay, resumo de uma palestra realizada em Ampurias, durante um curso internacional de estudos:

— *Una fase interesante del Bronze inicial português* (73).

Em 1937, arqueólogos ingleses com quem travámos conhecimento em Oslo quando do 2.º Congresso Internacional das Ciências Pre-históricas e Proto-históricas, recomendaram-nos o Dr. Harturig Newman Savory, então aluno e bolseiro da Universidade de Oxónia, e hoje dos quadros do Museu Nacional de Galles, em Cardiff.

Savory desejava ver dolmens e durante três dias, com Jalhay, fizemos pesquisas na Herdade de Fontalva, por amável convite e em companhia do seu proprietário Ex.^{mo} Sr. Dr. Rui de Andrade.

Em 1940, para as comemorações do duplo centenário, subscremos ainda ambos para a Academia Portuguesa da História:

— *Paleo e mesolítico português* (74).

Com a invasão da França pelas tropas de Hitler em 1940, o Prof. Henri Breuil refugiou-se no nosso país e durante mais de ano e meio as nossas

(72) «Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências — Porto, 1942» Porto, 1943.

(73) «Ampúrias», vol. IX-X, Barcelona, 1947-1948.

(74) «Anais», vol. IV, Lisboa, 1941. Para a elaboração de parte deste trabalho tinha o Instituto para a Alta Cultura concedido em 1937 um subsídio a um dos signatários.

actividades arqueológicas acompanharam quase sempre as pesquisas que aquele abalizado Mestre realizou nas praias costeiras portuguesas, nas grutas de Montejunto e nascentes do rio Almonda, nas margens do Tejo e seus afluentes desde Alpiarça a Benavente, nos arredores de Lisboa, etc., etc., mercê da generosidade de Maxime Vaultier e da Ex.^{ma} Marquesa do Cadaval.

Em muitas destas excursões de estudo o P.^o Jalhay tomou parte bem activa, conforme consta de algumas publicações que a elas se referem ⁽⁷⁵⁾.

Em 1943, o Dr. Leonel Ribeiro, encontrou fragmentos de cerâmica pré-histórica em Montes Claros (Parque Florestal de Monsanto). Uma visita ao local em Janeiro do ano seguinte, permitiu identificar uma importante estação, onde pouco depois, em companhia do seu descobridor e com subsídios da Câmara Municipal de Lisboa, procedemos a um mais vasto reconhecimento, que nos rendeu excelente material.

Em 1946, de novo a expensas da Câmara, realizou-se nova escavação, que as chuvas logo interromperam.

Sobre estes achados subscrevemos com Leonel Ribeiro:

— *Estação pré-histórica de Montes Claros (Monsanto)* ⁽⁷⁶⁾,

e assinada apenas por ambos:

— *Lisboa há 4.000 anos* ⁽⁷⁷⁾.

⁽⁷⁵⁾ Entre outros:

— Abbé H. Breuil et Geoges Zbyszewski — *Contribution à l'étude des industries paleolithiques du Portugal et leurs rapports avec la geologie du proternaire*. «Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal», tomo XXVI, Lisboa, 1945.

— Afonso do Paço, Maxime Vaultier e Georges Zbyszewski — *Gruta da nascente do Almonda*. «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», vol. XI, pág. 171, Porto, 1947.

⁽⁷⁶⁾ «Revista Municipal», n.º 20 e 21, Lisboa, 1945.

⁽⁷⁷⁾ *Lisboa e seu Termo*, vol. I, Lisboa, 1948.

A importante estação de Montes Claros, fundamental para o conhecimento das populações pré-históricas de Lisboa e do seu termo, não se encontra eliminada dos nossos programas arqueológicos. Aguarda apenas uma abertura na nossa vida militar, conscientes, como estamos, de que a municipalidade não nos faltará, na devida altura, com o auxílio necessário.

A região de Torres Vedras, onde ensaiara os primeiros passos arqueológicos, merecia a Jalhay um carinho muito especial, bem patente nas visitas que fizemos aos seus monumentos pré-históricos, às colecções do seu museu ou do Dr. Aurélio Ricardo Belo.

Foi este dedicado amigo e ilustre arqueólogo, que no domingo de Páscoa de 1944 lhe veio anunciar a descoberta do monumento do Casal do Zambujal, motivo do seguinte trabalho:

— *O monumento pré-histórico do Casal do Zambujal (Torres Vedras)* ⁽⁷⁸⁾.

Ainda acerca da pré-história deste concelho, escreveu num pequenino jornal local denominado «Badaladas», nos anos de 1949 e 1950, uma série de dez artigos de curiosa divulgação, sobre a epígrafe: *Pré-história de Torres Vedras*:

- I — *Os Primitivos habitantes da Praia de Santa Cruz* ⁽⁷⁹⁾.
- II — *O homem fóssil das grutas* ⁽⁸⁰⁾.
- III — *A inteligência do homem fóssil* ⁽⁸¹⁾.
- IV — *O monumento funerário do Monte da Pena (Barro)* ⁽⁸²⁾.

⁽⁷⁸⁾ «Brotéria», vol. XLII, pág. 387, Lisboa, 1946.

⁽⁷⁹⁾ «Badaladas», n.º 10, Torres Vedras, 15-2-1949.

⁽⁸⁰⁾ *Idem*, n.º 11, 15-3-1949.

⁽⁸¹⁾ *Idem*, n.º 13, 1-5-1949.

⁽⁸²⁾ *Idem*, n.º 15, 1-7-1949.

- VI — *O monumento funerário do Monte da Pena (Barro)* (continuação) ⁽⁸³⁾.
- V — *O monumento funerário do Monte da Pena (Barro)* (continuação) ⁽⁸⁴⁾.
- VII — *O monumento megalítico do Casal do Zambujal* ⁽⁸⁵⁾.
- VIII — *A necrópole pré-histórica da Serra das Mutelas* ⁽⁸⁶⁾.
- IX — *A gruta sepulcral da Ermegeira (Maxia)* ⁽⁸⁷⁾.
- X — *As grutas do Furadouro (Montejunto)* ⁽⁸⁸⁾.

Para o prosseguimento destes artigos, visitou no verão de 1950, a convite do Rev. Raúl Dias Sarreira e de seu Ex.^{mo} Irmão, alguns locais pré-históricos do concelho, de reconhecido valor, sobre os quais nos expôs, durante a escavação de Vila Nova de S. Pedro desse ano, um interessante e tentador plano de trabalhos, no qual desejava que forçosamente tomássemos parte ⁽⁸⁹⁾.

È que esta arqueologia de colaboração era, a nosso ver, mais profícua e rendosa, pelo auxílio que mutuamente podíamos prestar, pela discussão estabelecida no campo em frente dos factos e consequente melhor observação destes, por as nossas pernas, ainda mais ágeis, poderem chegar onde as suas por vezes fraquejavam.

Nunca nos foi possível, por escassez absoluta de licenças para isso, aceder ao pedido de colaboração no concelho de Mação. Visitámos com ele o Museu, o Castro de S. Miguel, mas não podemos passar daí.

⁽⁸³⁾ «Badaladas», n.º 19, 1-11-1949.

⁽⁸⁴⁾ *Idem*, n.º 21, 1-1-1950.

⁽⁸⁵⁾ *Idem*, n.º 22, 1-2-1950.

⁽⁸⁶⁾ *Idem*, n.º 24, 1-4-1950.

⁽⁸⁷⁾ *Idem*, n.º 25, 1-5-1950.

⁽⁸⁸⁾ *Idem*, n.º 27, 1-7-1950.

⁽⁸⁹⁾ *Idem*, n.º 27, 1-1-1950.

Mação era outro tentáculo que enleava fortemente o P.^o Jalhay. A amizade que votava ao Dr. Calado Rodrigues e várias famílias da região, levaram-no a dedicar-lhe uma grande parte da sua actividade científica.

O museu local, com que todos sonham e para o qual já existem bem importantes elementos, era por Jalhay defendido na Junta Nacional de Educação.

Sobre a arqueologia do concelho escreveu:

- *O esconderijo pré-histórico do Porto do Concelho (Mação — Beira Baixa)* ⁽⁹⁰⁾.
- *A alabarda de sílex do Casal de Vila Pouca (Mação) e a expansão das lanças e alabardas líticas em Portugal* ⁽⁹¹⁾.
- *Lápides romanas dos arredores de Mação (Beira Baixa)* ⁽⁹²⁾.
- *O castro de S. Miguel (Amêndoa — Beira Baixa)* ⁽⁹³⁾.

Sobre assuntos arqueológicos de conjunto ou dispersos escreveu Jalhay, mais ou menos de 1936 em diante:

- *As novas directrizes no estudo da Pré-história* ⁽⁹⁴⁾.
- *A localização das indústrias pré-históricas no quadro geral das glaciações quaternárias* ⁽⁹⁵⁾.

⁽⁹⁰⁾ «Brotéria», vol. XXXVIII, pág. 263, Lisboa, 1944.

⁽⁹¹⁾ *Idem*, vol. XLIV, pág. 136, Lisboa, 1947.

⁽⁹²⁾ *Idem*, vol. XLVIII, pág. 226, Lisboa, 1949.

⁽⁹³⁾ «Revista de Guimarães», vol. LIX, pág. 137. Guimarães, 1949.

⁽⁹⁴⁾ «Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses», vol. II, pág. 7, Lisboa, 1936.

⁽⁹⁵⁾ «Brotéria», vol. XX, pág. 111, Lisboa, 1935.

- *O monumento pré-histórico do Casal do Zambujal (Torres Vedras)* — *Contribuição para o estudo da Idade do Bronze* ⁽⁹⁶⁾.
- *O significado da arte animalista quaternária* ⁽⁹⁷⁾.
- *O «Museu do Homem», em Paris* ⁽⁹⁸⁾.

A alguns destes trabalhos, que foram conferências pronunciadas na Associação dos Arqueólogos Portugueses, há a acrescentar:

- *A entrada em forma de orifício ou porta de alguns monumentos sepulcrais pré-históricos* ⁽⁹⁹⁾,

comunicação apresentada ao 1.º Congresso Nacional de Ciências Naturais (Lisboa, 1941).

- *Franz Cumont e o baixo relevo mitraico de Tróia (Setúbal)* ⁽¹⁰⁰⁾.
- *Instrumento pré-histórico de um quintal de Lisboa* ⁽¹⁰¹⁾.

Em 1944 figura como delegado da Junta Nacional de Educação nas escavações das grutas sepulcrais de S. Pedro do Estoril, que o Dr. Leonel Ribeiro descobrira e a Junta de Turismo de Cascais subsidiara.

O presidente da Câmara Municipal de Marvão, Manuel B. Vivas, pretendeu valorizar o seu concelho sob todos os aspectos, não esquecendo o arqueológico.

⁽⁹⁶⁾ «Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnología y Prehistoria». Homenagem a Júlio Martínez Santa-Olalla, vol. II, pág. 78, Madrid, 1947.

⁽⁹⁷⁾ «Brotéria», vol. XXIV, pág. 309, Lisboa, 1938.

⁽⁹⁸⁾ *Idem*, vol. XXVIII, pág. 98, Lisboa, 1939.

⁽⁹⁹⁾ «1.º Congresso Nacional de Ciências Naturais», vol. II, pág. 111, Lisboa, 1942.

⁽¹⁰⁰⁾ «Brotéria», vol. XLVI, pág. 529, Lisboa, 1948.

⁽¹⁰¹⁾ *Lisboa e seu Termo — Estudos e Documentos*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, vol. I, Lisboa, 1948.

E no verão de 1946, conduzidos pelo Dr. Laranjo Coelho e em companhia das autoridades de Portalegre e Marvão e de um representante da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses, o seu Secretário Geral António Machado de Faria, fizemos a primeira visita ao local. Aprazou-se o início das escavações em Amaia para o ano seguinte, mas dificuldades da última hora obstaram a que se iniciasse tal trabalho.

Sem saúde para palmilhar montes e vales no reconhecimento que seria necessário fazer, recolheu a Lisboa, ficando nós sòzinhos com a dura tarefa de conduzir a bom termo tal empreendimento ⁽¹⁰²⁾.

As solicitações vinham de toda a parte. Todos reclavam Jalhay para ver e dar parecer sobre diferentes achados locais, quer pelas suas funções dentro da 2.^a sub-secção da 6.^a secção da Junta Nacional de Educação, quer pela proficiência que punha em todas as coisas.

Era-lhe, porém, humanamente impossível atender a tanta coisa, que a sua saúde não lho permitia. Contudo, podemos afoitamente dizê-lo, queimou-se nas chamas do intenso labor arqueológico que se ateou à sua volta.

Jalhay era um daqueles sacerdotes «que se gastam de boamente em favor das almas», mas que de igual modo se inutilizou em prol da arqueologia.

Por um lado a sua vida religiosa permitia-lhe dar-se mais à ciência, enquanto que nós outros, míseros mortais, temos primeiro que conquistar em duro trabalho o pão nosso de cada dia, pouco nos restando para as predilecções do espírito.

A existência de um colégio da Companhia de Jesus em Santo Tirso, e o facto de viver em S. Pedro da Raimonda (Paços de Ferreira) um seu irmão de sangue, levaram-no muitas vezes ao Norte do País.

Numa dessas visitas, em 1943, num grupo de eclesiásticas, sugeriu-se

⁽¹⁰²⁾ Afonso do Paço — *Carta arqueológica do Concelho de Marvão*. «Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências — Lisboa, 1950», Tomo VII, pág. 93. Lisboa, 1953.

uma visita às ruínas da Citânia de Sanfins, por onde em tempos idos andara Martins Sarmento, e que ficava bem perto dali.

Dito e feito organizou-se uma caravana e ei-los a caminho da montanha. Jalhay, chegado que foi ao cimo, ficou maravilhado, não só com a área ocupada pela cidade demolida e soterrada, semeada de casas e rodeada de muralhas, mas também pelo admirável horizonte que dali se desfrutava, com o Marão, o Gerez e o Oceano à vista, mesmo o Colégio das Caldinhas e a casa onde viviam seu irmão José e cunhada D. Eloísa, o cantinho que ele mais adorava neste mundo.

Tudo naquele dia, inclusive os ares lavados que o acariciavam, exerceu no seu espírito fascinação de maravilha, a que vieram juntar-se algumas curiosas lendas narradas na ocasião.

Regressado que foi a Lisboa, vemo-lo interessado em declarar as venerandas ruínas Monumento Nacional ⁽¹⁰³⁾ e obter créditos para uma escavação no ano seguinte.

Quis desde logo associar-nos a este novo empreendimento, mas a nossa vida militar a isso se opusera.

Analisados os factos à luz das duras realidades e como os primeiros subsídios não fossem muito substanciais, condescendeu em que o não acompanhássemos.

Mas as dotações aumentaram, ao mesmo tempo que diminuía a saúde, tornando-lhe penosa a ascensão diária à montanha, feita a pé e sob um sol ardente.

Dava Jalhay início às escavações da citânia, já arrazado de um mês de trabalhos em Vila Nova de S. Pedro, onde o caminho era suave mas a

⁽¹⁰³⁾ A citânia de Sanfins foi declarada monumento nacional pelo Decreto n.º 35.817 («D. G.» n.º 187, 1.ª S., de 20-8-1946).

Já anteriormente, em 1910, tinha sido declarada monumento nacional com nomes diferentes e fora do concelho (Afonso do Paço — *Citânia de Sanfins: I — Notícia histórica*. «O Concelho de Santo Tirso — Boletim Cultural», vol. I, n.º 3, Porto, 1952).

instalação péssima. Em Sanfins, ao contrário, o alojamento era agradável mas a subida dura. Isto levou-nos a dividir as nossas escassas férias pelas duas escavações.

O pedido aflitivo de socorro que nos lançou no primeiro ano que para ali fomos, levou-nos a pôr de parte serviço e família, para ocorrer imediatamente à sua chamada. A preocupação de que os operários tivessem de interromper os trabalhos por não poder acompanhá-los, afligia-o extraordinariamente. A nossa chegada trazia-lhe vida nova, e permitia-lhe ficar tranquilamente no povoado sempre que a saúde escasseava, o que no no último ano sucedeu bastantes vezes.

Um pouco de conforto e dedicação em casa dos nossos amáveis hospedeiros ou uma fuga para S. Pedro da Raimonda onde tudo lhe sorria, depressa o restabeleciam.

O carinho com que as entidades oficiais olhavam as venerandas ruínas que a pouco e pouco surgiam da terra, o respeito que as gentes da localidade votavam a tudo que ia aparecendo, o museu bem ordenado, a consolidação das habitações e muralhas para resistirem à acção do tempo, eram fortes amarras que o prendiam àquela citânia onde há raízes profundas da nossa nacionalidade, e sem a qual já não poderia passar neste mundo.

Sobre ela escreveu Jalhay os seguintes trabalhos:

— *A citânia de Sanfins (Paços de Ferreira) — 1.^a campanha* (104).

— *Uma notável gravura rupestre da citânia de Sanfins* (105).

— *Un umbral de puerta, zoomórfico, de la citânia de Sanfins* (106).

— *Um vaso de olaria rutena na citânia de Sanfins* (107).

(104) «Brotéria», vol. XXXIX, pág. 414, Lisboa, 1944.

(105) *Idem*, vol. XLIV, pág. 554, Lisboa, 1947.

(106) «Comunicação ao IV Congreso Arqueológico del Sudeste Español», Elche, 1948.

(107) «Brotéria», vol. XLVIII, pág. 317, Lisboa, 1949.

- *Uma jóia de ouro na citânia de Sanfins* ⁽¹⁰⁸⁾.
- *Uma nova marca de oleiro da citânia de Sanfins* ⁽¹⁰⁹⁾.
- *Um tipo curioso de escada na citânia de Sanfins* ⁽¹¹⁰⁾.

e com a nossa colaboração, apenas:

- *A citânia de Sanfins (Paços de Ferreira), 2.^a, 3.^a e 4.^a campanhas* ⁽¹¹¹⁾.

Na véspera do início das escavações de 1950, teve um forte aचाque em S. Pedro da Raimonda, e no decorrer da campanha dizia com frequência: «Já não posso mais», «Estou velho para isto», «É o último ano que cá venho». Estávamos, porém, longe de supor que fosse de facto a nossa última colaboração.

O aparecimento de uma vasilha de barro com 288 denários junto de uma das casas redondas da citânia, foi tónico que lhe deu alma nova e energias até ao fim da campanha, suavizada já com um transporte auto que todos os dias o levava e trazia da montanha. Sem ele não teria certamente aguentado até ao fim.

O estudo daquelas moedas que deixou classificadas, mercê de um Babelon que lhe fora emprestado, absorveram-no de tal maneira quando regressou a Lisboa, que muito devem elas ter contribuído para o seu tão malogrado fim.

A 7 de Setembro, finda a campanha de Sanfins, seguimos em companhia do Abade de S. Pedro de Raimonda, Rev. Dr. Francisco de Melo,

⁽¹⁰⁸⁾ «Brotéria», vol. L, pág. 38, Lisboa, 1950.

⁽¹⁰⁹⁾ «Zephyrus», n.º 1, Salamanca, 1950.

⁽¹¹⁰⁾ «Boletim dos Amigos do Porto», n.º 1, vol. I, Porto, 1951.

⁽¹¹¹⁾ «Brotéria», vol. XLVI, pág. 699, Lisboa, 1948.

para S. Cipriano (Resende), a convite do pároco aposentado Rev. Alberto Pereira Cardoso.

A chegada examinámos o celebrado «Penedo de S. João», sobranceiro às Caldas de Aregos, e no qual fizemos, nessa mesma tarde, uma pequena mas frutuosa prospecção.

No dia seguinte, festa da Natividade de Nossa Senhora, santificado para as gentes daquela região, fomos pela tarde visitar a velha e lendária igreja de Santa Maria de Cárquere, tão ligada aos primeiros passos da nacionalidade, e onde deparámos com dois grupos de curiosíssimas lápides romanas, cujo estudo sobremaneira o interessou.

Dissemos acima com um «Corpus» existente na biblioteca do Colégio de Oña, tinha despertado em Jalhay a paixão pela Epigrafia, ramo arqueológico que lhe deve alguns trabalhos verdadeiramente notáveis.

Sobre ele, além da publicação subscrita com Hipólito Cabaço e das quatro lápides dos arredores de Mação, a que acima fizemos referência, ainda escreveu:

— *Epigrafia amaiense. Contribuição para o estudo da Aramenha romana (Concelho de Marvão)* ⁽¹¹²⁾.

— *Ara romana inédita de Fontes (Santa Marta de Penaguião)* ⁽¹¹³⁾.

— *Inscrições romanas do Museu da Guarda* ⁽¹¹⁴⁾.

Além de todos estes estudos, ficou pronto sobre a sua mesa de trabalho, um outro:

— *As lápides romanas encontradas em Cárquere (Resende)* ⁽¹¹⁵⁾,

⁽¹¹²⁾ «Brotéria», vol. XLV, pág. 615, Lisboa, 1947.

⁽¹¹³⁾ *Idem*, vol. XLIX, pág. 473, Lisboa, 1949.

⁽¹¹⁴⁾ *Idem*, vol. L, pág. 560, Lisboa, 1950.

⁽¹¹⁵⁾ *Idem*, vol. LII, pág. 71, Lisboa, 1951.

cujo estudo *in loco* teimou fazer, voltando ao Douro depois da visita que ao local fizemos em 8 de Setembro, apesar de todas as proibições do seu médico assistente, a quem desobedeceu, por não acreditar que o seu estado de saúde fosse tão grave. Podia mais nele o fogo arqueológico que o receio da morte.

*

* *

Várias colectividades científicas contaram-no entre os seus membros de maior valor. Era:

- Correspondente da Academia Portuguesa da História (Lisboa).
- Vice-presidente e sócio efectivo da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa).
- Sócio de Honra da Sociedade Martins Sarmento (Guimarães).
- Membro da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (Porto).
- Membro correspondente da Real Academia Galega (La Coruña).
- Sócio de mérito da Sociedade Pro-Monte de Santa Tecla (La Guardia).
- Sócio corespondente da Sociedad Malagueña de Ciencias (Malaga).
- Membro da Sociedad Española de Antropologia, Etnografia y Prehistoria (Madrid).
- Membro da Sociedad Iberica de Ciencias Naturais (Saragoça).
- Delegado em Portugal da Societé Prehistorique Française (Paris).
- Membro do Institut International d'Anthropologie (Paris).
- Equiparado a bolsheiro do Instituto de Alta Cultura numa viagem realizada aos museus da Bélgica e França, em 1936.
- Membro da Junta Nacional de Educação (2.^a subsecção da 6.^a secção — Antiguidades, Escavações e Numismática), desde Dezembro

de 1938, onde desenvolveu notável actividade, não se trazendo para aqui, por impossibilidade de o obter, nota de todos os relatórios que subscreveu.

*
* *
*

Eis a traços largos, um pouco da obra do eminente arqueólogo, em que não sabemos mais que admirar:

— Se o saber profundo que se impunha aquém e além-fronteiras, a ponto de se considerar a sua morte, não só uma perda nacional, mas também peninsular;

— Se o trato lhano e afável, que nunca impunha a sua personalidade, antes se ocultava na sombra onde todos o iam buscar;

— Se o sacerdote, para quem a actividade científica, como a religiosa, estavam lado a lado, na primeira fila das suas obrigações;

— Se a alma bondosa que não sabia dizer não a quem dele se abeirasse, procurando solucionar satisfatoriamente todos os casos para que se pedia o seu concurso;

— Se o crítico das páginas da «Brotéria» que, sem esquecer o devido correctivo e conselho orientador, nunca teve uma palavra áspera ou desagradável para quem quer que fosse ⁽¹¹⁶⁾;

(116) Como estudo e larga crítica, ao mesmo tempo que notável lição de pré-história, devemos citar:

El Hombre Fossil — «O Archeólogo Português», vol. XXVIII, pág. 148, Lisboa, 1929. (Análise do trabalho deste nome do que foi seu Mestre e amigo, o Prof. da Universidade de Madrid, Dr. Hugo Obermaier).

Por ser longo e fastidioso, abstenho-nos de referir as numerosas análises críticas de publicações, constantes da secção de *Bibliografia* das páginas da «Brotéria», em geral assinadas apenas com as iniciais *E. J.*

— Se o sensato condutor das juventudes, a quem sabia atrair, insuflando-lhes, conjuntamente com as verdades da religião, um desejo ardente de estudo e investigação científica;

— Se o amigo verdadeiro de todos os que professavam ou não o seu credo, não fazendo sua alma distinção entre uns e outros;

— Se o dedicado às criancinhas, que corriam para ele como as borboletas para a luz;

— Se o desvelado missionário de Vila Nova de S. Pedro, que conseguiu trazer para Deus tantas almas desprovidas do menor consolo espiritual.

No decorrer da última guerra tomou a nacionalidade lusitana, a que nunca deixou de pertencer pelo coração e leite materno, e donde se manteve afastado apenas formalmente, por uma série de factos alheios à sua vontade.

Fulminado por uma congestão às 18 horas de sábado 25 de Novembro de 1950, ficou logo em coma, vindo a falecer pela manhã do dia 30.

Diàriamente anotava as missas que dizia. A que celebrara na manhã do ataque, a última, foi a n.º 10.078. Por estas notas se poderão reconstituir as andanças de Jalhay como sacerdote, pois delas consta a localidade onde celebrara.

*

* *

Não foi Jalhay especialista de um ramo de Arqueologia, mas em todos os que por necessidade estudou se houve sòbriamente.

Entre nós, na presente ocasião, mal poderá haver especialista de uma época. Nas nossas Universidades, o Professor de *Arqueologia*, ainda é Mestre desde as origens do Homem até à actualidade, isto é, enciclopédico.

Infelizmente, no nosso país, a Arqueologia ainda não atingiu foros de ciência digna de merecer as atenções dos poderes públicos, que a consideram uma espécie de caturrice de alguns maníacos tolerados à margem

da lei. Estamos muito longe, sob este ponto de vista, de atingir o nível dos países civilizados, ou mesmo igualar o que vulgarmente se denominam regiões de colonização.

Daí a premente necessidade, que por uma questão de brio nacional, tem os poucos que nela militam por simples carolice, de se esgotarem, para que Portugal figure no convívio das nações um pouco acima do *Zero arqueológico* ⁽¹¹⁷⁾.

(117) Por proposta de S. Ex.^a o Ministro da Educação Nacional, de 13 de Janeiro de 1951, foi agraciado, a título póstumo, com o grau de Comendador da Ordem Militar de Santiago da Espada, o «Reverendo Padre Eugénio Augusto dos Anjos Jalhay, religioso da Companhia de Jesus».

Dos trabalhos em colaboração com o autor destas linhas, aguarda possibilidade de publicação, pronto desde 1951, o seguinte: *Tesouro monetário da citânia de Sanfins*.

Reverendo P.^e Eugénio Jalhay, S. J.

por

António Mendes Correia

Reverendo P.^e Eugénio Jalhay, S. J. (*)

NÃO era necessário que a minha voz se erguesse nesta sessão para consagrar devidamente a memória e os méritos do Rev. Jalhay. Já na Secção de Pré-História desta colectividade eu disse em breves e singelas palavras o que, quase ainda quentes os seus despojos mortais, o meu pensar e o meu sentir inspiraram. Hoje cabia, e coube, a Afonso do Paço, o seu companheiro dedicado de tantas campanhas de estudo e de pesquisa, falar-nos do ilustre desaparecido, do seu labor, das suas publicações. Juntar-se outra voz à do biógrafo tão especialmente qualificado para a honrosa tarefa, parece-me desnecessário, mesmo porventura contra-indicado, de tal modo, dito o indispensável por quem o podia e devia dizer, o silêncio ficaria como o consecutivo testemunho de recolhimento e homenagem de todos os demais.

Mas os organizadores da sessão não pensaram assim e, por mim aduzidas, ao receber o convite para vir ocupar esta tribuna, as razões que determinariam aquele silêncio, entendi que, não tendo resultado convincentes tais razões, só me restava inclinar-me e anuir. Nem a minha sim-

(*) Elogio proferido na sessão de homenagem de 18 de Janeiro de 1951 na Associação dos Arqueólogos Portugueses.

patia e o meu reconhecimento para com esta colectividade, nem a admiração comovida que sinto pela memória do saudoso investigador, me permitiriam uma escusa. Acrescentarei mesmo que não é sem certo prazer — um prazer que, aliás, não se sobrepõe à mágoa profunda, em todos nós causada por tão grande perda — que rendo este público e caloroso preito à memória do P.^o Jalhay. Porquê? Em primeiro lugar, porque é sempre agradável fazer justiça, e de justiça vão ser as minhas palavras, duma justiça que a amizade não perturba. Em segundo lugar, porque, perante aqueles que erròneamente supõem os arqueólogos sempre a braços (oficiais do mesmo ofício...) com dissensões e questiúnculas entre si, é grato afirmar a unanimidade de opiniões perante o valor do saudoso colega e da sua acção científica. Enfim, porque poucas individualidades poderiam, em tão alto grau como a do Rev. Jalhay, sugerir tão oportunas considerações sobre a Arqueologia e, dum modo geral, sobre as Ciências Humanas e o seu transcendente papel na cultura e na sociedade actuais.

Aqui estou, pois, não como biógrafo ou como panegirista, mas apenas como um modesto estudioso daquelas Ciências que da personalidade e do labor do notável arqueólogo vai pôr em destaque alguns traços mais susceptíveis de constituírem ensinamentos proveitosos, quer pela atitude mental que revelem quer pela indispensável amplificação de resultados a que conduziram.

*

* *

Suponho que todos ou quase todos os presentes conheceram pessoalmente o P.^o Jalhay. Desnecessário me parece, portanto, encarecer aqui a sua afabilidade de trato, o primoroso encantó do seu convívio, a alma aberta que transparecia da sua figura cheia de bonomia, vivacidade e até de aparente saúde. Há quem represente os sábios, e especialmente os arqueólogos, como seres um tanto rebarbativos, misantropos, alheios à

vida comum, irritáveis e, sobretudo, de grande desalinho de traço, quando não mesmo de pouco asseio. A velhice, talvez mesmo a velhice precoce, parecia, nas concepções vulgares, forçosamente adstrita a tais personagens. O P.^o Jalhay desmentia pessoalmente esse pitoresco retrato, desenhado pelo vulgo. Da sua pessoa irradiavam mocidade, comunicabilidade, calma, simpatia, correcção de traço e de maneiras. Aquele retrato tradicional deve ser banido como caricatura tendenciosa. Por mim, não compreendo mesmo que a vocação científica ou a simples erudição dispensem, naqueles que as possuem, um mínimo de sociabilidade e de apuramento que devem existir em todos os homens. E, sobretudo, a flama da mocidade deve animá-los... mesmo na velhice. A investigação e o progresso científicos requerem o calor, a fé, o optimismo, juvenis. A velhice não é criadora. Entenda-se a velhice mental, a inércia, a passividade, a anquilose intelectual, o desalento. Porque felizmente não faltam no Mundo exemplos de grandes artistas e sábios que, em idades proventas, conservam jovens as suas inteligências e as suas capacidades de criação artística ou científica. E há infelizmente tantos moços do nosso tempo que parecem precocemente envelhecidos...

O P.^o Jalhay sucumbiu em plena mocidade de espírito, mas talvez quando os seus males físicos latentes ameaçavam aniquilar essa juventude. A Providência arrebatou-o do número dos vivos, talvez, nos seus altos desígnios, para o poupar à tortura duma decadência aniquiladora da sua actividade intensa e fecunda...

Independente de clãs ou grupelhos, constituídos geralmente por despeitados ou ciumentas rivalidades, manteve sempre cordiais relações com todos os sectores sérios de trabalho nas disciplinas que cultivou. À sua tarefa pessoal associou, porém, predominantemente o seu biógrafo desta sessão, o major Afonso do Paço, infatigável, dedicado e leal companheiro de trabalho de muitos anos, que vai ser seu continuador e cujo nome não podemos deixar de ligar aqui hoje, em grande parte, à sua própria glória de investigador e arqueólogo.

Entusiasta perante os objectos que se lhe deparavam, quer nas suas pesquisas quer nas alheias — nas alheias, registre-se bem, como prova da total ausência dum mesquinho sentimento de inveja, aliás tão deploravelmente banal — quer nas suas pesquisas, repito, quer alheias, o P.º Jalhay tinha, felizmente, a mentalidade do investigador, do verdadeiro cientista, não a do coleccionador, do *bric-à-braquista*...

Já nesta mesma colectividade, há anos, numa data solene, condenei o coleccionismo exclusivo, insciente e sistemático, o *bric-à-braquismo* pseudo-científico, que prefere obter e armazenar avaramente as longas séries de peças arqueológicas a utilizá-las cientificamente, a atribuir-lhes o adequado valor documental, o justo e amplo significado, o seu real interesse semeológico. Jalhay, sem deixar de contribuir valiosamente para a organização de importantes colecções, como precisamente as desta Associação, procurou sobretudo inteligentemente, racionalmente, tirar dos espólios materiais obtidos o possível partido para a reconstituição do modo de viver das antigas populações e para a localização destas e dos seus achados no longo e obscuro encadeamento dos tempos decorridos e nos quadros da etnologia pre-histórica.

Nos seus trabalhos, como nos relativos à *Póvoa eneolítica de Vila Nova de S. Pedro*, após as considerações preliminares sobre a topografia, história das pesquisas, etc., e a minuciosa descrição do espólio recolhido, devidamente repartido pelas suas naturezas e funções, ele ocupava-se, em páginas sugestivas, da vida das populações, das relações destas com outras, da cronologia. Com a Citânia de Sanfins a mesma coisa, sem esquecer nunca essa enternecedora rede de lendas populares, tecida em torno das jazidas — histórias de tesouros enterrados, de gigantes, de fontes em que mouras lindas lavavam a roupa, de penedos em que as pancadas ressoam como badaladas de sinos, de minas e estradas subterrâneas, de sapos e sardões que aparecem às pastorinhas e que se transmudam em formosos manebos, príncipes encantados... Nessa teia de imaginação popular quanto traduzirá em simbolismo misterioso, a tradição de longín-

quas existências humanas, da vida e da alma de gente que sonhava, que cantava, que amava, que sofria...

Naturalmente, o Rev. Jalhay também, nos seus estudos, a justa preocupação das datas, entendidas menos no sentido da nossa cronologia ordinária (tão difícil e precária para tempos tão recuados e obscuros) do que no da cronologia arqueológica, sem a qual uma peça ou uma estação ficam sem localização no fluir incessante das épocas, como que inexpressivas, isoladas, perdidas na imensidade do tempo... A visão dos que se despreocupam, em Arqueologia, do problema cronológico, assemelha-se à da criança recém-nascida que, abrindo os olhos, vê o mundo exterior ainda sem planos, sem perspectivas...

Em todos os seus trabalhos essa preocupação surgiu no P.^o Jalhay. Ainda numa das últimas reuniões da secção de Pré-História desta colectividade presenciámos o entusiasmo com que expunha as novas correntes sobre a classificação cronológica da idade do bronze peninsular, quer através dos escritos de Martinez Santa Olalla, Maluquer de Motes e outros, quer em face das resoluções do Congresso Pré-Histórico Espanhol de Almeria. As dúvidas e reflexões que então lhe formulei, deram-me a impressão de o entristecerem, tão arreigadas estavam já nele as novas tendências, mas a verdade é que lamentei tanto mais contrariá-lo um pouco quanto é certo que foi sempre com simpatia e apreço que encarei as manifestações do seu espírito aberto e renovador.

Outra louvável preocupação aparece constantemente nos trabalhos do Rev. Jalhay: a de procurar encontrar termos de confronto, semelhanças ou diferenças, noutros pontos do Globo. São modelares, quer neste aspecto, quer no cronológico, já referido, os seus artigos e memórias, quer trate de monumentos sepulcrais, quer de povoados, quer de arte rupestre, quer de jóias, quer de armas, de cerâmica ou doutros objectos. Decerto todo o arqueólogo digno deste nome deve possuir essa preocupação, mas poucos a terão possuído em tão alto grau e, ao mesmo tempo, com tanto escrupulo e prudência como a possuiu o P.^o Jalhay. A alabarda de sílex do

Casal da Barba Pouca (Mação) serviu-lhe, por exemplo, de ponto de partida para o estudo da expansão das alabardas e punhais líticos em Portugal. Pelo menos, desde 1942, data em que apresenta um trabalho sobre o assunto ao Congresso Luso-Espanhol de Ciências no Porto, se ocupa, com especial interesse, de algumas afinidades de achados eneolíticos e da idade do bronze da Póvoa de Vila Nova de São Pedro com tipos da África do Norte e do Mediterrâneo Oriental, como já estudara as relações dessa estação com jazidas e espólios da Espanha, do Sul da França e do Norte de Itália. Em publicações e nas colecções do Museu de Saint-Germain-en-Laye encontrara pontas de flechas, foices, punhais, contas de colar, figurinhas e outras peças de pedra, cobre, barro, osso, etc., provenientes de explorações de Morgan, Flinders Petrie, Capart e outros no Egipto, peças nas quais encontrava, como, para as figurinhas, nalgumas de Susa e da Caldeia, semelhanças impressionantes com vários dos seus achados em Vila Nova de S. Pedro.

Já em Alcácer do Sal, na importante necrópole da idade do ferro que o também saudoso Vergílio Correia tão notavelmente explorara, aparecera também um escaravelho, que foi considerado um sinete do faraó Psamético I, e que aparecia tradiamente numa necrópole ocidental predominantemente do século IV a. C.

Não discuto agora — não é lugar para isso — qual a participação que nalgumas analogias podem ter os contactos e difusões culturais, directas e indirectas, ou os factos de convergência acidental, mesmo a expressão da existência dum comum património cultural da humanidade. Também não me impressionam analogias isoladas. Mas, como precisamente declarei há pouco, numa entrevista a um quotidiano do Cairo, na minha passagem ali, analogias e diferenças são de encarar, porque umas e outras contribuem para um melhor conhecimento do problema humano.

Jalhay, sobretudo nos últimos anos, deu a tais investigações o mais esclarecido e dedicado esforço. Compreendem todos a razão porque, ao visitar há semanas as estupendas colecções de Pré-História egípcia e as

magníficas escavações das jazidas pré-dinásticas de Heliópolis e de El Meadi, perto do Cairo, acudiu logo ao meu pensamento o nome de Jalhay (que nas suas jornadas e trabalhos jamais se esquecia de mim), e me apressei a escrever-lhe um affectuoso postal a assinalar o facto e a comunicar-lhe o meu entusiasmo pelo que estava vendo. Pois esse postal, escrito talvez quando ele já, em Lisboa, agonizava, ferido de morte por um mal implacável, não o viria encontrar vivo. Tão singela lembrança minha avulta agora, perante o dramático lance e perante a vida eterna em que ele ingressou, como a mais expressiva das homenagens, prestada de longe, da terra privilegiada dos arqueólogos, do berço da mais fulgente e remota das civilizações antigas.

*

* *

A minha amizade e convivência científica com o Rev. Jalhay começou no dia — já lá vai mais de um quarto de século! — em que ele me apareceu, de visita, no Instituto de Antropologia da Universidade do Porto. Vinha então de Espanha, tendo antes visitado estações, museus e pré-historiadores daquele e doutros países. Fiquei encantado com o seu espírtio aberto, a sua conversação alegre, a sua curiosidade e interesse por tudo o que se relacionava com a Pré-História, a sua bonomia deferente, a lhanza do seu trato.

Estabeleceu-se logo, entre nós, a melhor cordialidade de relações pessoais e científicas. Repetiram-se as visitas. Ele veio fixar-se em Portugal. Mas ainda o fui visitar antes a La Guardia, onde me acolheu hospitaleiramente (a mim e ao meu falecido colega Castro Portugal) e onde me acompanhou às estações circunvizinhas, especialmente a Composancos e ao Castro de Santa Tecla. De ali seguimos para Pontevedra, a visitar o respectivo Museu, D. Casto Sampedro e Filgueira Valverde.

Eu publicara em 1921 a 1.^a edição do meu livro *Homo. Sacerdote*, membro da valorosa milícia religiosa a que pertenceu até à morte, Jalhay conversava comigo francamente, com uma desassombrada coragem que não excluía a indispensável prudência; imposta pela disciplina da sua crença, sobre o transformismo e sobre a origem do Homem, mostrando-se em dia com as aquisições científicas referentes a este problema. Em 1925 publicava ele próprio na «Brotéria» um estudo intitulado *O que nos diz a Sciencia sobre a origem do Homem*, no qual generosamente citava o meu livro e mostrava uma atitude desempoeirada de exame sereno e imparcial das hipótese e dos documentos referentes à matéria. Em 1927 na mesma revista fazia a análise bibliográfica da 2.^a edição do meu livro, aparecida no ano anterior, e não aparentava o menor temor em admitir ideias que, noutros sectores eclesiásticos, foram consideradas «temerárias». Escrevia mesmo estas palavras: «Para um católico poderão talvez ser tidas como menos exactas certas expressões do A., mas a elas não terei dúvida em aplicar, fazendo-as minhas, as palavras do P.^o Teilhard de Chardin, ao analisar na Revista *Études* (Março de 1921) a obra clássica de Boule: *Veillent les philosophes et les théologiens qui rencontreront ces phrases contestables ne pas se laisser impressionner par les mots, mais chercher à transposer dans un langage orthodoxe un enseignement dont les grandes lignes, sous un voile encore épais de conjectures et d'hypothèses, paraissent conformes à la réalité.*» Mais tarde ainda teria encontrado no P.^o Jalhay o mesmo espírito sereno e compreensivo para com o meu moderado evolucionismo biológico no âmbito humano.

Se aludi a estes factos, não foi pelo motivo de se terem passado comigo ou com modestos trabalhos meus, mas como prova da largueza e serenidade de inteligência do P.^o Jalhay. Este impressionara-se com a atitude de ilustres sacerdotes católicos como Teilhard de Chardin, Breuil, Obermaier, Périer, Monchanin e tantos outros (como, mais recentemente, o P.^o Glory e o P.^o Bergounioux, este ainda há pouco ouvido em Lisboa precisamente sobre o Homem e a Evolução), e, como eles, verificara que nenhum obstá-

culo dogmático impede a aceitação da doutrina da ascendência animal do corpo humano, do homem físico ou orgânico, ou, como há dias dizia o P.^o Bergounioux na sua bela conferência na Escola Superior Colonial, do «tipo anatómico humano». As suas objecções confinavam-se no domínio psíquico.

Por mim, entendo que há na psicologia humana muitos factos que têm manifestas raízes orgânicas, que tem perturbantes relações com a mais grosseira animalidade. Ninguém pode negar as influências da vida vegetativa sobre a vida psíquica, os mecanismos biológicos de muitas actividades psíquicas, o papel das endócrinas nestas, as alterações da personalidade em muitos processos patológicos ou até as recentemente verificadas nalguns casos de operações de lobotomia pré-frontal segundo o processo de Egas Moniz. Mas fica ainda tanto de misterioso e insondável como de específico, no mundo psíquico, para se reconhecer a vastidão imensa dum domínio próprio, intangível, da alma humana, sobretudo do que nesta há de criador e original, verdadeiro dom divino, sopro vivificante, modesto no homem, ilimitado, magnífico, deslumbrador em Deus. Aliás, Natureza, Homem, Universo, Evolução, Alma, tudo o que existe, dentro ou fora das coisas, são divinas maravilhas, manifestações admiráveis da presença e do poder de Deus.

Mas não quero nem devo desviar-me do meu tema, e, depois de assinalar com o maior encómio a atitude corajosa de Jalhay perante assuntos que assustam tanta gente, quero acentuar que precisamente aos sacerdotes interessa em alto grau o conhecimento do homem primitivo e das civilizações antigas e chamadas rudimentares. A Etnografia, escreve-se a p. 1229 da edição de 1948 da enciclopédia «Ecclesia», faz grandes progressos e está na base da história das religiões. O ensino e a investigação em Pré-História e na Etnografia existem desenvolvidamente em muitos Institutos e Universidades Católicos. As contribuições de missionários para o estudo dos chamados «primitivos actuais» são enormes e valiosíssimas. Todos conhecem o grupo ilustre da monumental revista que é a

«Anthropos». E, em vários lances, como na criação do Museu Etnológico Missionário de S. João de Latrão, os Sumos Pontífices têm aplaudido e consagrado a preciosa tarefa.

Nada como o conhecimento do homem primitivo, do selvagem e das antigas civilizações, nos coloca, de facto, perante o efêmero da existência humana individual e colectiva, nada nos mostra melhor a inanidade de muitos esforços materiais, a tragédia mesquinha e desprezível de ambições desmedidas, das rivalidades e das lutas ferozes entre os homens, nada nos incute melhor no ânimo a visão de que, por entre os escombros sucessivos de palácios e de cidades, por entre os ossos embranquecidos de inúmeras gerações, só os valores espirituais sobrevivem, permanecem, pairam sobre as ruínas, património intacto, perene e universal, dos milénios e da humanidade.

A Pré-História e a Arqueologia são da maior importância como fontes documentais para a Psicologia e para a Filosofia. Todo o objecto arqueológico deve ser encarado como um documento psicológico. Para mim, como já um dia proclamei nesta sala, na História não há, como queria Oliveira Martins, apenas mortos. Ela não é um cemitério, mas uma ressurreição. Mais: a Pré-História e a Arqueologia revelam-nos admiravelmente o eterno no mortal, o permanente e contínuo no transitório e no descontínuo. As ossadas das gerações desaparecidas são percorridas por um fluido imaterial que delas faz emanar os princípios eternos que o tempo não mata, que os maiores cataclismos não subvertem. Quem cultiva essas ciências não se impressiona nem atemoriza com as vitórias retumbantes dos maiores exércitos e com os clamores das maiores multidões, na hora que se vive. Porquê? Porque, quando essas vitórias ou esses clamores parecem consagrar as maiores calamidades e injustiças, não deixará de vir, na sucessão dos tempos, a hora de triunfo para a Justiça e para a Bondade. Essa é a consagração eterna daqueles que são pelo Bem e pela Verdade.

Mais uma vez a empolgante beleza do tema me desviava. Detenhamo-nos, porém. P.^o Jalhay era, como sacerdote e como cientista, um arqueó-

logo no sentido que acabo de rapidamente esboçar. Os Museus não podiam ser para ele o que infelizmente são para muitos: colecções frias e inexpressivas de peças arrumadas com melhor ou pior sistematização científica. Seriam antes o que devem ser: testemunhos animados e quentes duma história incessantemente viva, documentos de alma, pedaços de eternidade.

*

* *

Desejo ainda referir-me à amizade e boa colaboração que existiram entre o P.º Jalhay e um dos meus melhores colaboradores no Instituto de Antropologia da Universidade do Porto. Falo de Rui de Serpa Pinto, o admirável e querido investigador, que a morte nos arrebatou quando ele tinha apenas 25 anos e já tanto, galhardamente, fizera pela Ciência portuguesa. O seu elogio pelo P.º Jalhay na Associação dos Estudantes Católicos do Porto, em 14 de Dezembro de 1933, é um trabalho notável, de saber, de justiça e de emoção. Fora em 1928 que começara essa amizade que, num lógico encadeamento, me prenderia também ao P.º Jalhay, se já anos antes a nossa amizade não houvesse surgido. Em 1925 Rui de Serpa Pinto trouxera-me das praias de Âncora um calhau talhado de quartzite, que, receoso da proximidade da linha férrea do Minho, não identifiquei e apenas ficou guardado. Em 1928 a publicação pelo P.º Jalhay do trabalho sobre o asturiense da Galiza, leva Rui de Serpa Pinto a fazer a identificação daquela peça como um pico asturiense. E assim o jovem investigador que entra logo nas melhores relações de amizade e de intercâmbio científico com o P.º Jalhay, pode anunciar ao mundo científico numa monografia modelar as suas notáveis descobertas, em Portugal, da cultura que o Conde de La Vega del Sella revelara anos antes nas Astúrias. Não oculto o júbilo que senti, embora a minha prudência de 1925 tivesse retardado três anos a feliz aquisição para a Ciência Arqueológica...

Cinco anos durou a assiduidade de correspondência e convívio entre o P.^o Jalhay e Rui de Serpa Pinto, os cinco anos que este ainda viveu, numa amizade que a comunhão activa de crenças ainda mais fortaleceria. A morte tão prematura de Serpa Pinto desolou-nos profundamente a ambos, a Jalhay e a mim. Foi uma grande perda científica e nacional. Quantas vezes, mais tarde, recordaríamos os dois o admirável companheiro desaparecido! E agora, sou eu, o mais velho dos três (pois Jalhay era um pouco mais novo do que eu) sou eu, o mais velho dos três — não conhecemos qual é a lógica do Destino... — quem está aqui a render homenagem ao segundo que tombou também para sempre no caminho...

O entusiástico apoio do P.^o Jalhay ao moço Rui de Serpa Pinto é, a meu ver, um dos traços mais destacantes da sua personalidade. Nenhum sentimento mesquinho de rivalidade o atingia perante um jovem que tão triunfalmente surgia no horizonte científico nacional. Meus senhores: um dos traços que considero mais indispensáveis na personalidade do homem de ciência é o bom acolhimento, o estímulo, o auxílio, a simpatia para com os novos.

Eu que, na minha vida, conheci alguns velhos, avarentos do saber e da glória, que ocultavam informes, documentos, livros, aos jovens que os procuravam sedentos de aprender e de progredir, sinto ufania em, no meu restrito, modesto, campo de acção, ter seguido sempre caminho diverso. A consciência poderia acusar-me de ter estimulado e apoiado, por engano, quem não correspondesse à minha boa vontade. Nunca me acusará de ter intencionalmente fechado o caminho a um jovem. Ser animador de gente nova, senhores, é a maior glória a que um professor pode legítima e desassombradamente aspirar.

O P.^o Jalhay deu, na sua bela atitude para com Serpa Pinto, uma prova de que via com louvável satisfação erguer-se um novo e alto valor na Arqueologia Nacional. Honra lhe seja e ao seu e meu jovem amigo, que tão digno se mostrou, na sua curta e fulgurante passagem no Mundo, do apreço geral, no País e no Estrangeiro!

*

* *

Evoquei alguns aspectos sob os quais aparece a meus olhos a personalidade moral e científica do saudoso P.^o Jalhay. Não entrei em imensos pormenores que numa sua biografia teriam cabimento e que o meu conhecimento dos seus trabalhos e da sua acção patriótica e prestimosa na Sub-secção de Antiguidades e Excavações da Junta Nacional de Educação me sugeririam. Mas não só o querido amigo Afonso do Paço deu com elegância essa biografia, como julguei mais adequadas à minha intervenção na presente solenidade estas notas, de que sem dúvida ressaltam facetas primorosas da personalidade a que estamos prestando homenagem.

Sinto que o P.^o Jalhay está presente, nos está escutando. Quase me parece vê-lo sorrindo, amavelmente interessado, como há anos, aqui, entre aqueles que me davam a honra de escutar uma palestra minha sobre a Atlântida e as origens de Lisboa. Pois bem. Creio que ao ilustre sacerdote e cientista que nas suas viagens de estudo, em congressos, em reuniões, nas suas escavações, nos seus escritos, ao escalar os montes castrejos, ao decifrar velhas inscrições, ao perscrutar nos penedos ou nas grutas petróglifos ou pinturas pré-históricas, ergueu as suas nobres curiosidades intellectuais à pesquisa das raízes mais profundas da gente portuguesa e até às inquietantes e ansiosas perplexidades das próprias origens humanas, ao ilustre e saudoso sacerdote e cientista — repito — nenhuma homenagem seria mais querida do que, neste instante, na sua presença anímica, sob a sua égide tutelar, neste ambiente de comovida saudade e de grata justiça, proclamarmos o nosso empenho na continuação e progresso, em Portugal, dos estudos que ele tanto serviu e prestigiou.

Aos dirigentes do meu País, aos responsáveis da cultura nacional, eu endereço caloroso apelo para o desenvolvimento dos estudos do que os norte-americanos chamam Antropologia Cultural ou, mais latamente, do que os franceses chamam «Ciências Humanas». Nunca, como nesta

hora tremenda da História, se tornou mais oportuno o relevo e a intensidade dados à cultura desses estudos, aos estudos do homem e das sociedades humanas. O que não há a fazer, Senhores, tanto na Metrópole, como no Ultramar Português!...

À gente nova do meu País dirijo com toda a vibração da minha alma outro apelo, em nome dos interesses mais sagrados das futuras gerações. Um apelo no sentido de ela se consagrar a esses estudos, de se dignificar pela cultura e pelas altas intenções morais e patrióticas. Que se não possa perguntar onde está, e o que faz, a gente nova de Portugal, que não tem curiosidades e inquietações intelectuais, que não lê livros aconselháveis e sãos, que não frequenta bibliotecas, que não tem fé em ideais superiores, que não completa o seu entusiasmo pelo *foot-ball* com a cultura do espírito e com o zelo cavalheiresco pelas tarefas que ultrapassam em consequências benéficas a saúde e a alegria duma geração ou, o que é o mesmo, dum instante.

Senhores: As palavras de fervoroso apelo que acabais de ouvir, foram pronunciadas por mim, mas ditou-mas, ditou-as a todos nós, da sua mansão eterna, o espírito elevado e gentil que estamos consagrando com esta homenagem nimbada pelo heráldico timbre da Verdade e da Justiça, e repassada pela ternura suave da saudade, dessa saudade lusitana em que as lágrimas brilham como estrelas e têm a beleza e o aroma das rosas de Portugal.

**Os Artefactos Pré-históricos de Calaíte
e sua Distribuição em Portugal**

por

Octávio da Veiga Ferreira

Os Artefactos Pré-históricos de Calaíte e sua Distribuição em Portugal

DADA a importância de que se reveste este mineral para o estabelecimento de relações e trocas comerciais nos tempos do Eneolítico, lembrámo-nos de fazer uma pequena nota sobre a *calaíte* e apresentar um esboço da sua distribuição em Portugal, procurando, assim, tirar algumas conclusões sobre o comércio desse tão famoso produto da antiguidade.

A *Calaité* ou *Callais* foi separada pela primeira vez do grupo das turquesas orientais por Damour ⁽¹⁾, em 1864. Este cientista ao estudar este mineral diz: «A cor desta matéria é o verde-maçã, aproximando-se do verde de esmeralda. Alguns exemplares são matizados de partes brancas e azuladas; outros são manchados de veios e nódoas castanhas ou negras, em virtude duma mistura accidental de matérias argilosas. A substância mineral é translúcida, pouco mais ou menos como o crisoprásio. Sua fractura é compacta como a da cera. Risca o calcário mas é facilmente riscada por uma ponta de aço. O pó é branco, densidade de 2,50 a 2,52.»

⁽¹⁾ M. Damour, *Sur le callais nouveau phosphate d'aluminium hydraté recueilli dans un tombeau celtique du Morbihan*, «C. R. Ac. Sc.», LIX, Paris, 1864.

«Aquecida num tubo de vidro, a uma temperatura um pouco inferior à do rubro, deixa desenvolver muita água que não exerce reacção sobre o papel de tournesol; decrepita, perde a cor, torna-se opaca e toma a cor castanha de chocolate. Neste caso é muito friável.»

Distingue-se bem das turquesas pelas características seguintes: A turquesa é mais opaca do que translúcida, a sua cor habitual é o azul-celeste mais ou menos escuro; sua dureza e densidade são superiores aos da Caláite. A turquesa deve a sua cor aos óxidos de cobre, enquanto que a Caláite parece devê-la aos óxidos de ferro.

O Prof. Bensaúde (2) em 1884 descobriu que nalgumas caláites a cor verde era devida ao óxido de crómio.

Determinou então para as caláites cuja coloração verde é devida ao óxido de crómio e não ao óxido de ferro, a variedade *Ribeirite*.

Plínio conhecia uma pedra denominada *Callais* que descreve da seguinte forma: «A *Callais* é dum verde-pálido. Encontra-se em fragmentos volumosos, mas muitas vezes perfurados, com cavidades cheias de matérias castanhas. Talham-se estas pedras que, de resto, têm pouca duração. As mais estimadas têm cor de esmeralda (*Optimus color smaragdi*). Quanto mais belas são, mais depressa perdem a cor pela acção do óleo, unguentos ou vinho. As menos belas conservam-se melhor. Não é fácil de preparar por causa das matérias vitrosas.»

Casalis de Fondouce (3) está de acordo com Damour quanto ao nome da *Caláite* dizendo ser «a matéria preciosa, a maior parte das vezes verde, empregada na joalheria primitiva dos tempos pré-históricos».

(2) A. Bensaúde, *Note sur la nature mineralogique de quelques instruments de pierre trouvés en Portugal*, «C. R. Congr. Int. d'Anth. et d'Arch. Préh. (1880)», Lisbonne, 1884.

(3) Casalis de Fondouce, *De l'emploi de la callais dans l'Europe occidentale aux temps préhistoriques*, «C. R. C. I. A. A. P. (1880)», Lisbonne, 1884.

R. de Serpa Pinto (⁴), que em Portugal se dedicou também ao estudo de vários minerais e minérios relacionados com os conhecimentos do mineiro pré-histórico, a respeito da *Calaíte* é da seguinte opinião: «a pedra de cor verde de que o homem pré-histórico da Europa ocidental se servia para os seus adornos é um fosfato de composição mal conhecida assim como a sua origem.»

Damour admitiu a seguinte fórmula para o mineral que separou da turquesa: $Al_2(PO_4)_2 \cdot 1/2 H_2O$ muito próximo, como se verá da *Variscite*, fosfato hidratado.

Apresentaremos, a título de comparação, com a *Calaíte*, uma série de minerais de composição semelhante e com os quais, por vezes, se confunde. São eles: a *Variscite*, $AlPO_4 \cdot 2H_2O$, conhecida em Montebrais (Creuse), onde parece não ter sido explorada nos tempos pré-históricos; a *Wavelite*; a *Lazulite* $(PO_4)_2(AlOH)(MgFe)$ que segundo Serpa Pinto foi encontrada em Coura (Caminha), pelo Prof. Castro Portugal, num filão estanífero (os exemplares estão no Museu de Mineralogia da Faculdade de Ciências do Porto); e a *Turquesa*, fosfato hidratado de alumínio e cobre.

R. de Serpa Pinto admitia a hipótese de haver em Portugal a *calaíte* no estado natural, mas, até hoje, não é conhecida nenhuma jazida nem no País, nem na Espanha ou França.

Conhecem-se, é certo, nos países mencionados algumas jazidas estaníferas que têm dado pedras fosfatadas, mas não com a composição da *calaíte*. Assim, em Portugal, a jazida estanífera de Coura deu a *Lazulite*. Em Espanha, Cáceres, foi encontrada também a *Lazulite*, num filão de

(⁴) R. de Serpa Pinto, *Activité minière et metallurgique pendant l'âge du bronze en Portugal*. «Comun. ao I Congr. Sc. Preh. et Protoh.» (Londres, 1932), Porto, 1932.

R. de Serpa Pinto, *Sobre a origem da Ribeirite*, «Arquivo de Viana do Castelo», Vol. I, Viana do Castelo, 1934.

estanho. Estas jazidas não parece terem sido exploradas nos tempos pré-históricos.

A mina de Montebbras (Creuse), em França, que deu o fosfato *Variscite*, também não foi explorada nesses recuados tempos, não sendo, portanto, da Península Ibérica nem da França a origem da *Calaíte*. Existem na Europa ainda outras jazidas de rochas fosfatadas. No Saxe, Silésia e Montes Ourais ocorrem minerais com os nomes de *Peganite*, *Variscite* e *Fischerite*, minerais de composição química próxima da *calaíte*, alguns dos quais, como a *Peganite*, assemelham-se mesmo pela cor, mas nenhum destes apresenta as características da *Calaíte* estudada por Damour.

Plínio dizia que a *Calaíte* ou *Callaïs* se encontrava no Cáucaso, Índia e Pérsia. Actualmente é de Michabour, no Khorassan (Pérsia), que se conhecem as melhores jazidas deste mineral. Alguns autores viram na palavra *Callaïs* da antiguidade semelhança etimológica com *Callaecia*, o que, em nosso ver, se torna impossível em virtude de não existir aquele mineral na Península Ibérica.

Havendo, como acima se viu, provas de que a *Calaíte* não existe na Península Ibérica, nem em França, na Natureza, como se explica a abundância desta substância em todo o género de artefactos pré-históricos, desde os túmulos da Provença, em França⁽⁵⁾, até à Galiza?

Na *Fig. 1* vão indicadas as necrópoles, túmulos isolados ou grutas, quer naturais, quer artificiais e castros, onde se têm encontrado em Portugal diferentes objectos de *Calaíte* tais como: contas, berloques, pequenas placas, amuletos zoomorfos, etc., etc.

Uma conclusão que «à priori» se pode tirar é que esses objectos se encontram nas estações do litoral atlântico em grande abundância, sobretudo no Algarve, Península de Lisboa e Península de Setúbal. À medida que caminhamos para o Norte ela vai rareando, chegando a desaparecer

(5) Casalis de Fondouce, *Allées couvertes de la Provence*, Paris, 1873 e 1878.

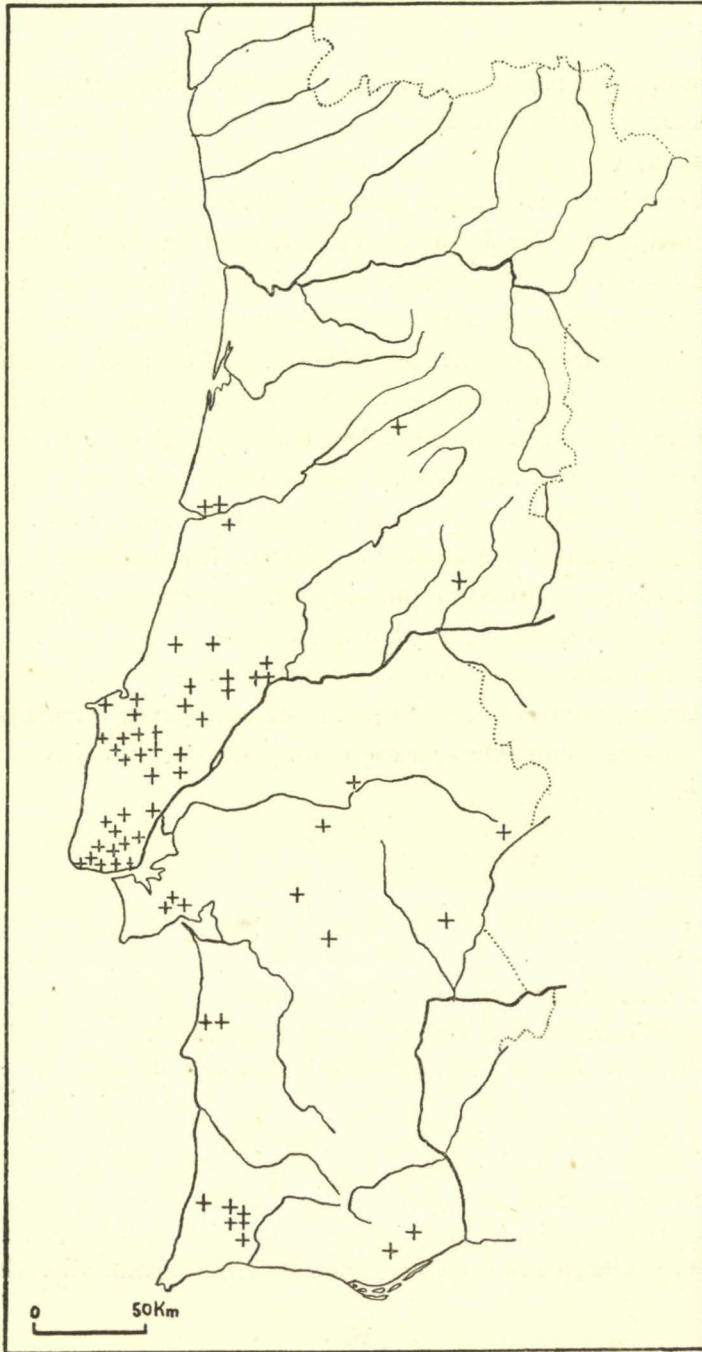


Fig. 1 — Esboço da distribuição de objectos de Calaité em Portugal

por completo. A necrópole mais setentrional da Península onde se encontraram contas de *Calaíte* (apenas seis) é a necrópole dolménica de Saviñao (Lugo, Galiza) (6).

Outra conclusão, não menos interessante, é a sua raridade ou desaparecimento das necrópoles do interior. Por exemplo: o Prof. Manuel Heleno explorou mais de 300 dólmenes no Alentejo com ricos espólios mas onde a *Calaíte* falta quase em absoluto. Creio que ao todo aquele Professor encontrou meia dúzia de contas de *Calaíte*. Percorremos toda a colecção na companhia do arqueólogo e amigo Pais de Vilas-Boas e pudemos verificar este facto. Últimamente, nos trabalhos de G. e V. Leisner (7), constatámos o mesmo. Nas nossas explorações no Lousal, por exemplo, não encontramos uma única conta ou objecto de *Calaíte*, e no entanto esta necrópole está já muito mais perto do litoral. Nos dólmenes e túmulos da região de Elvas (8) a *Calaíte* é duma raridade extrema, encontrando-se a substituí-la o Anfibolite verde ou a Serpentina.

Há ainda outra circunstância deveras curiosa, é que com a *Calaíte*, matéria exótica, aparecem nas mesmas jazidas outros minerais também não existentes na Península e, neste caso, podemos citar a Amazonite (9) e a Jadéite.

(6) F. L. Cuevillas, *Mámoas do Saviñao*, «Arquivos do Seminario de Estudos Galegos», V, 1930.

(7) G. e Vera Leisner, *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz — Materiais para o estudo da cultura megalítica em Portugal*, Lisboa, 1951.

(8) A. Viana e Dias de Deus, *Exploración de alguns dólmenes de la región de Elvas, Portugal*, Sep. de la «Cronica do II Congr. Arq. Nac.», Madrid, 1951.

(9) Segundo Bensaúde existe um único fragmento de 17 milímetros de diâmetro encontrado na gruta da Casa da Moura que pertence a este mineral. Da sua análise diz Bensaúde: «A substância dum verde-claro é a variedade da microclina ordinariamente conhecida pelo nome de *Amazonite*. A fractura que separou este fragmento do resto da conta de colar, à qual parece ter pertencido, fez-se segundo o plano de clivagem

Somos de opinião que a circunstância de faltar a *Calaité* nas necrópoles ou povoados do interior do País, ou aparecer com mais raridade, se deve ao facto de vir de fora para a Península. Evidentemente que sendo assim, os povos do litoral atlântico ou embocaduras de rios importantes beneficiavam, por certo mais, do apetecido mineral.

Podemos também verificar que na Península de Lisboa se fixa a maior abundância de objectos de *Calaité* aliados como o demonstrou o Castro de Vila Nova de S. Pedro ⁽¹⁰⁾, a artefactos e objectos de origem mediterrânica oriental e Norte de África ⁽¹¹⁾.

Não há dúvida que as relações da Península com o Norte de África e Mediterrâneo oriental se faziam já nesta época. A presença nas nossas estações de placas de xisto de influência chipriota ⁽¹²⁾, botões de osso em forma de tartaruga de proveniência egípcia, punhais de influência egípcia, assim como a introdução entre nós da técnica de fabricação do linho ⁽¹³⁾ e introdução de sementes exóticas ⁽¹⁴⁾, etc., demonstram, só por si, essas relações.

da base. Um pequeno fragmento que eu separei segundo este plano deixou-me ver na luz polarizada, a estrutura bela e complicada descrita por M. de Cloiseau.»

Não conhecemos noutras estações representadas nos Serviços Geológicos outro qualquer fragmento do mesmo mineral. Não o conhecemos em Portugal.

⁽¹⁰⁾ E. Jalhay e A. do Paço, *El castro de Vila Nova de S. Pedro*, «Actas y Mem. de la Soc. Esp. de Antrop. Etnog. y Preh.», T. XX, Madrid, 1945.

⁽¹¹⁾ E. Jalhay, *O castro eneolítico de Vila N. de S. Pedro e as suas relações com o Norte africano e Mediterrâneo Oriental*, «Assoc. Prog. Cienc.», T. VIII, Porto, 1943.

⁽¹²⁾ B. Saez Martin, *Nuevos precedentes chipriotas de los idolos placas de la cultura ibero-sahariana*, «Actas y Mem. de la Soc. Esp. de Antrop. Etnog. y Preh.», T. XIX, Madrid, 1944.

⁽¹³⁾ A. Viana, J. Formosinho e V. Ferreira, *Duas raridades arqueológicas*, «Rev. dos Eng. Aux. Ag. Téc. Eng. e Cond.», n.º 24, Lisboa, 1948.

⁽¹⁴⁾ Veja trabalhos de E. Jalhay e A. do Paço sobre *O castro de Vila Nova de S. Pedro* e ainda:

Porque não teriam vindo também do exterior as *Calaites*, cuja jazida a de Khorassan, na Pérsia, deveria ser conhecida dos egípcios e outras civilizações do Norte de África. Se não existe nos três países, onde ela se encontra actualmente como jóia pré-histórica, se a sua abundância se fixa no litoral mediterrânico da França e Espanha e litoral atlântico de Portugal, porque não havemos de admitir que viesse donde se encontra, isto é, do outro lado do Mediterrâneo? Sendo assim podemos explicar não só a sua existência nos monumentos sepulcrais, castros ou povoados neolíticos da Península e Sul da França, como também a existência de tantas influências e testemunhos de civilizações doutras paragens.

Em Portugal as estações mais importantes onde se têm encontrado objectos de *Calaites* em abundância são as seguintes: Alcalar, Caldas de Monchique, Grutas de Melides, Rotura, Cascais, S. Pedro do Estoril, Monte Abraão, Agualva, Sintra, Carenque, Alapraia, Cova da Moura, Casa da Moura (Cesareda), Furninha, Torres Vedras (monumento do Barro e Cabeço da Arruda), Alcobaça, Cabo Mondego, etc., etc.

Do exposto nesta pequena nota podemos tirar as seguintes conclusões:

- 1.^a A *Callaïs* ou *Callaite* de Plínio, estudada por Damour é um fosfato hidratado semelhante à *Variscite* e da fórmula $Al_2PO_4 \cdot 1/2H_2O$.

— Henri et Louis Siret, *Les premiers âges du métal dans le Sud-Est de l'Espagne*, Anvers, 1887.

— Fritz Netolitzki, *Kulturpflanzen und Holzrest dem prähistorischen Spanien und Portugal*, «Buletinul Facultăti de Stiinte din Cernăuți. Vol. IX, 1935.

— Julio Martinez Santa Olalla, *Cereales y plantas de la cultura iberosahariana en Alizaraque (Almeria)*, «Cuadernos de Historia Primitiva», Año I, n.º 1, Madrid, 1946.

— Afonso do Paço e Maria de Lourdes Costa Arthur, *Castro de Vila Nova de S. Pedro, I — 15.ª Campanha de escavações (1951)*, «Brotéria», vol. LIV, Lisboa, 1952.

— *Idem*: *Castro de Vila Nova de S. Pedro, IV — Sementes pré-históricas de linho*, «Archivo de Prehistoria Levantina», vol. IV, Valência, 1953.

- 2.^a Não existe na Península Ibérica nem na França, na Natureza, em quantidade suficiente para ser utilizada na manufactura de jóias pré-históricas.
- 3.^a Do mapa de distribuição apresentado pode inferir-se que aparece nas estações pré-históricas (Eneolítico), no litoral atlântico, rareando ou desaparecendo para o Norte e interior do País.
- 4.^a Que acompanha nas estações citadas objectos de proveniência exótica.
- 5.^a Que deve ter sido um mineral de grande importância nas trocas e transacções dessa época e demonstra seguramente o intercâmbio das civilizações da Europa (principalmente Península e França), com as civilizações do Norte de África e Mediterrâneo Oriental, ao mesmo tempo que assinala uma navegação já adiantada no Mediterrâneo, costas do Atlântico português e Norte de África.

A Torre de Cunha em Terras de Coura

por

António Pais de Sande e Castro

A Torre de Cunha em Terras de Coura (*)

Ex.^{mo} Senhor Presidente
Meus prezados Consócios
Minhas Senhoras e meus Senhores

A torre de que me vou ocupar (se a bondade de V. Ex.^{as} o permitir) é a Torre do Outeiro, em Cunha, terras de Coura.

Indispensável este esclarecimento prévio, pois as confusões dos mais categorizados linhagistas, urdidas à volta de Torre, Paço, Solar e Casa de Cunha, são altamente desorientadoras. Confundiou-se Cunha de Guimarães com Cunha de Braga, com a de Fraião e a de Coura, antiga Santa Maria da Portela.

E, restringindo o assunto a esta última, a confusão aparece ainda maior. Explicável? Admissível em absoluto. Para tal concorreu, e não pouco, a circuntância de existirem em terras de Coura, em lugares homónimos, a Torre do Outeiro, dos «Pereiras da Cunha Caldas», e a Quinta do Outeiro, dos «Caldas Pereiras»; de haver, dentro da mesma freguesia de Cristelo, dois lugares com a mesma designação — Outeiro — num dos

(*) Conferência feita em assembleia geral extraordinária de 28 de Abril de 1952.

quais havia uma capela fundada por Gaspar Pereira da Cunha; a atribuição do senhorio de tal ou qual Torre ou Casa, a um personagem que, para infelicidade do investigador, usava, na mesma época, no mesmo concelho, e até na mesma freguesia, o mesmo nome com os mesmos apelidos que o verdadeiro senhor. Assim, em meados do século XVII, houve ali, na freguesia de Cunha, contemporâneos, dois indivíduos notáveis, ambos chamados Sebastião da Cunha Barbosa; um deles (diz um linhagista) *renovou* o Solar de Cunha; o outro (segundo outro genealogista) *reedificou* a Torre de Cunha. Este tinha um filho de nome Frutuoso da Cunha Barbosa; e Frutuoso da Cunha Barbosa se chamava um irmão daquele. Um Sebastião da Cunha Barbosa casou com D. Maria Pereira da Cunha, irmã do 1.º Secretário de Guerra do Senhor D. João IV, e bisneta do outro Sebastião da Cunha Barbosa.

O próprio Felgueiras Gaio, linhagista barcelense, trabalhando a dois passos de Coura, perde-se, por vezes, entre Torre, Casa, Solar e Paço; assim, em título de «Antas», § 24 (1), fala de Fernão da Cunha Pereira «q̄ viveo no concelho de Coura onde existiu hua *Torre* q̄ era antigo *sollar* dos Cunhas», e, logo a seguir, chama-lhe, e a sua mulher, «Senhores do *Paço* de Cunha em Coura». Ora o *Paço* de Cunha era no lugar de Cunha, nunca teve torre e pertencia aos Cunhas Pereiras; nada tinha que ver com a *Torre* de Cunha, que é no lugar do Outeiro e que, de há séculos, pertence aos Pereiras da Cunha.

No título de «Cunhas», § 39, Gaio encabeça com «Senhor do *Sollar* dos Cunhas» confundindo novamente Paço com Solar e com Torre, e dizendo que Fernão da Cunha Pereira era casado com D. Maria de Paço de Antas, Senhora «da Casa da Gorda», aliás Casa Gorda.

Não deixa de ser curioso que no original manuscrito do seu magistral

(1) *Nobiliario de Famílias de Portugal*, ms. existente na Santa Casa da Misericórdia de Barcelos.

trabalho legado pelo autor à Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, está escrito «Caza da Guorda»; aos editores da cópia diplomática de 1938 enganou a, por vezes, deficiente ortografia de Gaio, fazendo-os imprimir «Caza da Guarda» quando o linhagista escrevera Gorda à barcelense: «Guôrda». E até nisso se equivocou pois, por mais de uma vez, mistura Casa Gorda com Casa Grande, esta dos Pereiras da Cunha em Paredes de Coura, e aquela junto à Igreja de São Paio de Água Longa e pertença dos Cunhas Pereiras.

E, feito este indispensável, e já longo esclarecimento, prossigamos.

Neste assunto da Torre do Outeiro formulam-se três interrogativas:

- 1.^a Será esta Torre a mesma que em 1370 El-Rei D. Fernando tirou a João Lourenço da Cunha?
- 2.^a Será ela a que El-Rei D. Afonso V deu a outro João Lourenço da Cunha em 1465 pelos serviços que este lhe fez em África?
- 3.^a Que relação de parentesco havia entre estes dois homónimos?

Medeiam, entre as duas datas, 1370-1465, apenas 95 anos; era tentador procurar o fio à meada; seriam, quando muito, 4 ou 5 gerações.

Consultei alguns, poucos, nobiliários e outros manuscritos. Na Torre do Tombo: «Arvores e tittulos genealogicos», manuscrito 21-F-11; o manuscrito «Genealogias — Meza Censoria», M.º 1-328; e o nobiliário, também manuscrito, «21-D-31», de Bernardo Pimenta de Avelar Portocarrero. Na Secção de Reservados da Biblioteca Nacional: examinei os nobiliários de Rangel de Macedo, de Manso de Lima e de Joaquim José de Saldanha Albuquerque e Noronha (Fundo geral 1081), além do de Gaspar Álvares de Lousada. Na muito valiosa livraria do Sr. Conde de Avilez percorri José de Faria e Afonso de Torres. Vi o que dizem Alão de Morais, Limpo Pimentel, Barbosa Canais. Na Biblioteca Municipal do Porto consultei o Códice 276, acabando no precioso cartório da Casa Grande, em

Paredes de Coura, onde encontrei os originaes de vários testamentos e outros muitos e valiosos papéis. Pois, confesso a V. Ex.^{as} que não consegui resposta para a terceira interrogativa: a relação de parentesco entre os dois João Lourenço da Cunha. Todos esses nobiliários e manuscritos coincidem na descendência de D. Leonor Teles e de seu marido, mas somente até à segunda geração; daí por diante não concordam nas suas afirmações.

Felgueiras Gaio parece ter gasto largo tempo em buscar uma conclusão certa, mas debate-se entre dúvidas e condicionais. Assim, diz que o 2.º João Lourenço era filho de Rui da Cunha, neto de outro João Lourenço e bisneto de Fernão Vasques; e acrescenta: «*Fernão Vasques que os seus descendentes querem que seja filho de Alvaro da Cunha*», e, portanto, neto do 1.º João Lourenço, senhor do Morgado de Pombeiro. A sua conclusão é esta: «*Em Nobiliario algum topamos este Fernão Vasques na Casa de Pombeiro supomos ser Bastardo*» (2).

E fiquei a perguntar: onde foi Gaio descobrir este Fernão Vasques e em que baseia a sua suposição? Chama, ao João Lourenço de 1465, quarto neto do de 1370, mas não o prova; e, em título de «Cunhas», § 103, diz: «he o primeiro de que ha notissia, consta ser Sr da Torre do Outeiro na freg.^a de Cunha que he hua Torre Croada de Ameyas no logar do Outeiro Sollar destes Cunhas q o Rey D. Aff.º 5.º deo a este João Lourenço, e as terras pertencentes a elle por servissos q fez em Affrica em 1465, as quaes lhe tinha tirado o Rey D. Fernando em 1370». Mas ele próprio estranha estas duas datas dentro da vida de um homem e põe uma nota: «so se forão tiradas a seu avo do m.mo nome e depois dadas a este».

Em resumo: Gaio inclina-se a que o senhorio da Torre do Outeiro, tirado em 1370 ao senhor de Pombeiro, foi restituído em 1465 a seu 4.º neto, portanto na 5.ª geração e decorridos 95 anos. É razoável... mas não provado, infelizmente.

(2) *Ob. cit.* — Título «Cunhas», § 103 sob N.º 10.

*
* *
*

Eis-nos em 25 de Julho de 1539, no lugar e freguesia de Cunha do concelho de Coura, nas casas de morada de Fernão Gonçalves da Cunha que estava «em cama doente de Doença q̄ Deos foj seruido darlhe», mas em seu perfeito júizo como o certifica o tabelião presente Gregório Pereira Vaz.

O enfermo rogou a este continuasse o seu testamento (3) que, em parte, já escrevera em apontamentos. E declarou: ser filho legítimo de Gonçalo Fernandes da Cunha Magalhães e de D. Isabel de Magalhães; contar 89 anos de idade e ser confrade da Irmandade do Espírito Santo, de Paredes.

Fora casado com D. Brites Jacques, de quem tinha um único filho *Rodrigo* Fernandes da Cunha; a este nomeava seu universal herdeiro; e declarava ser «Senhor da Caza e Sollar do Outeiro, e sua torre, e as terras pertencentes aella, e essa torre, cazas, e terras tem empenhado», e muito a encomendava ao dito seu filho e herdeiro «*por ser anttiguidade de sua caza*». Isto afirmava, em 1539, um velho de 89 anos.

Que era este testador, Fernão Gonçalves da Cunha, ao João Lourenço de 1465? Simplesmente neto paterno (4).

Cinquenta e seis anos depois, em 29 de Agosto de 1595, este filho dita o seu testamento (5) ao tabelião Gaspar Barbosa. Declara chamar-se *Ruj fernandes da Cunha*. Reparem V. Ex.^{as} que seu pai lhe chamou Rodrigo e o próprio tabelião se engana quando escreve: «Aos vinte e noue dias do mês de Agosto em o lugar Do tumio friguezia de Samjoam de Bico

(3) Documento n.º 1.

(4) Como filho de Gonçalo Fernandes da Cunha Magalhães.

(5) Documento n.º 2.

deste comcelho de Coura em as cazas de Morada de Rodrigo fernandez da Cunha digo em as cazas demorada de Ruj fernandes da Cunha...». Declara mais o testador: ser filho legítimo de Fernão Gonçalves da Cunha e de D. Brites Jacques, de 76 anos de idade, e confrade da Irmandade do Espírito Santo, de Paredes. A minha insistência, e dos testadores, em citar esta Irmandade é devida à sua excepcional importância, pois ainda hoje conta com nada menos que 92.691 Irmãos (censo de Novembro de 1951).

Fora casado, disse, em primeiras núpcias com D. Maria de Magalhães Luzio, de quem tivera, além de uma filha, os seguintes filhos: Gonçalo e Sebastião, ambos mortos «na Batalha del Rei D. Sebastiam»; e do seu segundo casamento, com D. Vitória da Cunha, então ainda viva, tinha: três filhos, Gaspar Fernandes da Cunha, Francisco da Cunha e Domingos de Magalhães, além de duas filhas. E declarou ser senhor «da caza e Sollar do Outrº em o lugar de Cunha, sua torre, e terras a ella pertencentes, a coal istava auia m.^{to} empenhada por seu Pay...» «e que elle testador anam pudera desempenhar, epedia a seu f.^{os} tratassem do Desempenho della, *pella antiguidade e Nobreza que conservavam*», deixando o remanescente do seu terço ao filho que nela sucedesse para que a pudesse desempenhar.

Foi ele o filho segundo Francisco da Cunha, que nascera na freguesia do Bico, julgado de Fraião, comarca da vila de Ponte do Lima.

Depois de ter passado à América espanhola, onde servira como governador de Mosoes no novo Reino de Granada, partes do Peru, nas Índias ocidentais, D. Filipe III entregou-lhe, com a patente de coronel, o comando de um terço para dar batalha aos franceses, os quais derrotou em Fuenterrabía.

«Era um cabo de guerra intrepido e atilado», diz Pinho Leal.

Regressando de novo a Madrid, o Rei fez-lhe mercê, com o hábito de Santiago, da comenda de Gumiel, pequena povoação entre Cunha e Portela. Veio em 1636 a Coura e reedificou a sua Torre, pondo na padieira da porta um letreiro: «Esta he a casa e torre dos Cunhas solariega: reedi-

ficada pelo governador Francisco da Cunha, Cavalleiro do habito de Sant'Iago, senhor della». Esta porta, parte de uma parede e o cunhal norte, é tudo o que hoje existe desta reliquia.

No mesmo ano, em 17 de Novembro, obtém carta de brasão de armas (*) de «Cunha» e «Magalhães», provando que é «Senhor da caza e Torre Solarenga, cita no lugar do outeiro, freg.^a de Cunha dod.^o Conc.^o de Coura» como filho de Rui Fernandes da Cunha e neto de Fernão Gonçalves da Cunha, os dois testadores que atrás citei. Regressando a Madrid, lá faleceu sem geração.

Sucedeu-lhe no senhorio da Torre, Sebastião da Cunha Barbosa, que a reconstruiu por estar arruinada depois de abandonada durante alguns anos.

Vem a propósito fazer aqui uma pequena correcção ao que se diz no *Livro de Oiro da Nobreza* da autoria de Domingos de Araújo Afonso e Rui Dique Travassos Valdez.

Em título «Condes da Figueira» e nota ao seu § 1.^o lê-se:

«Torre de Cunha em Paredes de Coura.

Quarenta e nove anos depois de reedificada a torre por Francisco da Cunha, em 1685 pertencia ela ao citado Sebastião da Cunha Barbosa, cuja relação de parentesco com os antigos proprietários se desconhece.»

Esta notícia está errada, triplamente errada.

- 1.^o A Torre do Outeiro não era em *Paredes* de Coura, mas sim no lugar do Outeiro da freguesia de Santa Maria de Cunha, do concelho de Coura;
- 2.^o Sebastião da Cunha Barbosa não era, em 1685, senhor desta Torre simplesmente por ter morrido vinte e três anos antes, em 1662.

(*) Documento n.^o 3.

Assim se pode ver, sem citar outras provas, no padrão de tença com o hábito da Ordem de Cristo, dada a seu filho António Pereira da Cunha em 13 de Janeiro de 1675, onde se lê (7):

«.....achandose (8) nas opozissois q̄ se fizerão aojnimigo no anno de mil seis sentos sincoenta e oito eseis sentos sincoenta e noue no anno de seis sentos sessenta e hum conduzir as caruagens p.^a o exercito e o mais q̄ se lhe ordenou delleuas de gente guoarnissam de prassas prouimento das mesmas e alojamento de Cauallaria acudio com zello athe *uir a falecer* noseruisso,....».

- 3.º Conhece-se, e vou expô-la rápidamentee, a relação de parentesco de Sebastião da Cunha Barbosa com os antigos *proprietários* (como este livro chama aos *Senhores* da Torre). É muito simples, aliás: Francisco da Cunha, reedificador dela em 1636, e Sebastião da Cunha Barbosa, senhor dela até à sua morte em 1662, eram, respectivamente, terceiro e quarto netos, por varonia, de João Lourenço da Cunha, senhor dela em 1465. À morte de Francisco da Cunha, sem geração, extinguiu-se a linha primogénita deste João Lourenço; e foi-se buscar a linha segundogénita que, então, 1637, estava representada por Sebastião da Cunha Barbosa (9).

E perdoem-me V. Ex.^{as} a digressão.

(7) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria da Ordem*, L.º 53, a fls. 367 v.º.

(8) Seu pai.

(9) *Vide* gráfico A.

*
* *
*

Nesta altura parece-me interpretar o pensamento dos meus ouvintes: valerá a pena saber quem foi e o que foi este homem de que já se falou aqui hoje tantas vezes?

Vale e muito. Era um nobre, jovem, abastado e valente que nascera em 2 de Março de 1616, e vivia, quando da Restauração, na sua quinta e Casa Grande da freguesia de Paredes, em Terras de Coura, casado havia três anos com D. Maria Pereira da Cunha, sua prima em segundo grau.

Logo que teve notícia do rompimento das hostilidades, Sebastião da Cunha reúne os seus parentes e amigos, e com eles forma imediatamente uma companhia de voluntários, com a qual marcha a colocar-se às ordens do Comando do Exército na fronteira, tomando todas as despesas à sua conta.

Tal foi a sua acção que, em princípios de 1642, o Governador das armas, D. Gastão Coutinho, escreve ao Rei em carta datada de Prado, 21 de Março ⁽¹⁰⁾:

«Por ter visto servir com grande zelo e cuidado a V. M. Sebastião da Cunha Barbosa com seus parentes á sua custa em todos os rebates e entradas... &&& ...lhe encarreguei em seu Real Nome a capitania do reducto de Valença em que de presente está occupado e procedendo de modo que é merecedor de toda a honra e mercê que V. Mgde. lhe fizer... &&».

O Conselho de Guerra, em sessão de 3 de Abril seguinte, propõe que se lhe passe patente de Capitão intertido, mas *sem soldo* enquanto a sua

⁽¹⁰⁾ Torre do Tombo, *Consultas do Conselho de Guerra*, M.º 2b-70, 1642.

Companhia tiver menos de 50 soldados... Meses depois, dá-se a *interpressa* de Salvaterra: e o Conde de Castel-Melhor diz ⁽¹¹⁾:

«Depois da Praça estar rendida veio a ela de socorro o Capitão Sebastião da Cunha Barbosa que eu tinha deixado nesta de Valença e assim enquanto esteve nela como na Retirada fez a sua obrigação como sempre costuma.»

Apenas com um ano desta patente é nomeado Capitão de Infantaria paga, escolhido como «hum dos mais meritorios e de maior confiança», na Carta Patente de 29 de Abril de 1643, mandada escrever, por sinal, por António Pereira, seu cunhado e Secretário de Guerra ⁽¹²⁾.

A campanha prosseguia com êxitos e revezes; mas Sebastião da Cunha está sempre no lugar de perigo, quer em Cerveira ou em Monção; se não combate, dá informações ao Comando, valiosas pelo conhecimento que tinha, palmo a palmo, de toda a região, e evita muitas vezes um desastre por ignorância das intenções do inimigo. Assim, quando este pretende queimar Lanhelas e Seixas, Sebastião da Cunha avisa, a tempo, Castel-Melhor, e o inimigo sai derrotado, retirando com perdas elevadas.

É, então, que o Rei, na seguinte honrosíssima carta, lhe diz:

«Sebastião da Cunha Barbosa, Eu el Rey uos enuio saudar. Por carta do Conde de Castel Melhor fui auisado do ualor com que uos houestes na occasião em que o inimigo, juntando todo o seu poder intentou ganhar por empresa essa praça de Villanoua e algũas mais dessa frontr.^a e dos auisos que enuiastes tendo noticia do seu desenho a alguas dellas, deuendosse ao cuidado

⁽¹¹⁾ *Id., id.*, M.º 3-70, 1643.

⁽¹²⁾ *Id.*, L.º 4.º do *Registo do Conselho de Guerra*, a fls. 73 v.º.

com que zelais meu seruiço a preuenção que em cada Hũa se fez que foi causa de o inimigo não conseguir o intento que trazia de queimar os lugares de Lanhelas e Seixas e de se retirar com mta. perda e uergonhosa afronta. E porque em tudo haueis procedido com o zelo que de uos deuo esperar me pareceo agrade-ceruolo, como por esta o faço, e dizeruos que de uossos procedi-mentos fico com a deuida satisfação, e que de tudo me he muy prezente para uos fazer a honrra e merce ã ouuer lugar escrita em Alcantara a 21 de mayo de 1644. Rey» (13).

Tão bem defendera Cerveira que é nomeado Governador desta praça; e numa das inúmeras incursões na Galiza, é ferido de uma «pelourada». Recebe a promessa de tença numa das comendas que se havia de pensionar na Ordem de Cristo, para a ter com o respectivo hábito, promessa que se efectivou sòmente em 11 de Dezembro de 1648, num documento de que constam os seus serviços durante mais de seis anos, como soldado aventureiro à sua custa, capitão, capitão de reduto e governador (14). Já em Agosto anterior, o Rei, que sabia premiar os que desinteressada-mente o serviam, nomeara-o Sargento-Mor (15) da comarca de Viana, cuja carta patente é um rasgado elogio das qualidades morais e militares de Sebastião da Cunha.

No ano seguinte recebe a carta de hábito (16), que aliás já lhe fora lançado *com dispensa de S. A.* em 5 de Outubro de 1643, na Capela do Espírito Santo pelo D. Abade do Mosteiro de Miranda.

(13) Torre do Tombo, L.º 4.º do *Registo do Conselho de Guerra*, fls. 144 v.º.

(14) L.º 2.º das *Portarias do Reino*, a fls. 179.

(15) Torre do Tombo, L.º 10.º do *Registo do Conselho de Guerra*, fls. 71 v.º — Carta-patente de 22 de Agosto de 1648.

(16) Torre do Tombo, *Chancelaria antiga da Ordem de Cristo*, L.º 40, a fls. 215 v.º.

Encontramo-lo nas operações de 1657 e 1659, infelizes para as armas portuguesas, motivo da destituição do Visconde D. Diogo, Governador com quartel-general em Paredes de Coura, onde tinha mais de 10 mil homens dos 14 mil do seu comando.

Distingue-se no combate de Trávanca, de 9 e 10 de Agosto de 1662, em que os courenses estavam sob as ordens de seu filho António Pereira da Cunha.

No seu posto faleceu, pouco depois, ao fim de 22 anos de brilhante carreira militar, numa época em que às tropas faltava quase sempre o que mais necessário lhes era, cansando-se os comandos em fazer alarmantes pedidos de gente e de dinheiro. O Conde do Prado dizia ao Rei, em carta de 27 de Março de 1662 ⁽¹⁷⁾ :

«...comessando a socorrer com dous mezes aos Soldados de Cauallo daquelle exercito, por hauer dezoito mezes não ser dado de Cauallo em socorro de dous mezes noue mil e duzentos rs. possiuel darselhes mais de dous, eseuia que uencendo hum sol-e descontandose lhe a palha, eseuada, pão de Monição dr.º da arca, Hospital, lhe uinhão a ficar cinco mil seissentos e setenta r\$. para o conserto das botas, e para pagar a ferragem do Cauallo de todo o tempo, que ha os não socorrem...» «...seja VMde. seruido mandar que se tome neste negocio algum caminho cõ que os soldados possuão pelo menos pagar as ferraduras que gastão os seus Cau.ºs ficandolhes alguma couza, pouco que seja, cõ q̄ comão e q̄ seria ação mui digna de piedade de VMde. mandar que isto se acomode, porque a mizeria não pode ser mayor, nem a desconsolação dos soldados.»

(17) Torre do Tombo, *Consultas do Conselho de Guerra*, 1662-1663.

E, em 28 de Julho do ano seguinte, o mesmo General insistia, em carta ao Soberano:

«...com tão inaudita pobreza daquelle exercito era impossivel podersedar hum passo que não condusa a hua grande ruina, temendosse... haja algum motim, não sendo marauilha que assy suceda, porq̃ os pobres soldados não podem mais, por hauer tres annos que não recebem hum vintem.»

O corpo do nosso herói foi sepultado na capela-mor da Igreja do Espirito Santo, junto a sua casa. A lápida, que cobriu os seus restos, está hoje na capela da Casa Grande; mede 1^m,75 de comprido por 0^m,72 de largo. No cimo, em alto relevo, as armas dos Cunhas em chefe; e, por baixo, os dizeres: «Sepultura de Sebastião da Cunha Barboza, Fidalgo da Caza Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Sargento Mór da Comarca, Governador de Vila Nova.»

*
* * *

Dissemos, no princípio desta enfadonha conversa, que D. Maria Pereira, mulher de Sebastião da Cunha Barbosa, era irmã do 1.º Secretário de Guerra, António Pereira da Cunha, o qual morreu em 1655, depois de gozar honras e mercês régias e de sofrer grandes dificuldades na sua vida particular, perdida toda a sua fazenda, e a de sua mulher e filhos, sequestrados em Madrid depois do movimento de 1.º de Dezembro de 1640. Vem a propósito uma «achega» tentando esclarecer um ponto que o nosso muito illustre consócio Luís Pastor de Macedo deixou inserto na sua obra *Lisboa de lés-a-lés*.

Na página 31 do volume V, sob a epígrafe «Rua do Secretário, aos Paulistas — Freguesia de Santa Catarina», S. Ex.^a diz:

«Quanto a nós, essa rua é a actual travessa do Alcaide. Não vemos por ali outra com probabilidades de ter tido aquela denominação. O nome ter-lhe-ia sido dado pelo Secretário de Guerra António Pereira da Cunha falecido no primeiro estado, na rua do Secretário, em 31 de Dezembro de 1699. Era filho de outro António Pereira da Cunha, também Secretário de Guerra, e de D. Bernarda de Araújo Freire e sucedeu no cargo a seu irmão Francisco Pereira da Cunha, falecido sem sucessão.»

Até aqui o ilustre olisipógrafo. Procurarei esclarecer.

Francisco Pereira da Cunha, filho primogénito do 1.º Secretário de Guerra do Senhor D. João IV, sucedeu neste ofício, em 6 de Novembro de 1655, por morte de seu pai, porque o Soberano acedera ao pedido que este lhe fizera em testamento ⁽¹⁸⁾. Falecendo sem geração, sucedeu-lhe, no mesmo ofício, seu irmão António Pereira da Cunha ⁽¹⁹⁾, do Conselho de S. M., capitão de cavalos e comendador na Ordem de Cristo; fez testamento em Lisboa no dia 4 de Dezembro de 1699. O tabelião do público e notas João de Azevedo Reis aprovou-o nesta mesma data «na cidade de Lisboa e Bêco do Carrasco, casas de morada» do testador.

Neste seu testamento António Pereira da Cunha declara ser solteiro, ou, no seu dizer, «não ser casado», e institui universal herdeiro a seu sobrinho João Pereira da Cunha Ferraz, filho de sua irmã Inês Maria, já

⁽¹⁸⁾ Foi Secretário de Guerra durante 30 anos. O original deste testamento existe no cartório da Casa Grande.

⁽¹⁹⁾ Em 4 de Outubro de 1692 — Torre do Tombo, L.º 50 da *Cancellaria de D. Pedro II*, a fls. 83 v.º.

falecida; e deixa-lhe todos os seus serviços «e as mercês que por elles espero da Grandeza de El-Rey» a quem pedia, para o sobrinho e herdeiro, o officio de Secretário de Guerra.

O testador morreu, 27 dias depois, na mesma casa do Beco do Carasco, freguesia de Santa Catarina do Monte Sinai, em 31 de Dezembro seguinte.

Não seriam, uma e a mesma, a Rua do Secretário e o Beco do Carasco?

E, já que falei de João Pereira da Cunha Ferraz, não será descabido fazer umas leves observações, e muito respeitosas, a uma afirmação de um dos mais antigos sócios desta Casa, o Sr. Gustavo de Matos Sequeira, na sua obra *O Carmo e a Trindade*.

Lá se diz, no volume II e na página 15:

«António Pereira da Cunha morreu sem herdeiros. O Secretariado passou, por isso, primeiro *para os descendentes de Maria Pereira da Cunha*, irmã do 1.º Secretário, casada com Sebastião da Cunha Barbosa, e depois para os descendentes de Miguel Ferraz Bravo, etc., etc.».

E a páginas 17:

«João Pereira da Cunha Ferraz, após estas duas mortes, retirou-se da freguesia, mas em 9 de Julho de 1732, contraía segundas núpcias com D. Ana Joaquina de Lancaestre, filha dos Viscondes de Asseca.»

Peço desculpa mas não foi bem assim:

1.º João Pereira da Cunha Ferraz deixou dois testamentos, cujos originais li na Casa Grande; no primeiro, feito em 17 de Maio de 1732

em Lisboa, declara ser viúvo sem geração, e estar ajustado para casar com D. Ana Joaquina de Lancastre, filha do Visconde Diogo Correia de Sá; no segundo, datado de 30 de Abril de 1738, já casado com esta senhora, deixa os seus serviços a seu cunhado Sebastião Correia de Sá, *por não ter filhos*, e pede ao Rei que dê a este o seu officio.

2.º Nenhum descendente de D. Maria Pereira da Cunha foi Secretário de Guerra. Foram-no, seguidamente, seu irmão António Pereira da Cunha; o filho primogénito deste, Francisco Pereira da Cunha; seu filho segundo, irmão do anterior, António Pereira da Cunha; e seu neto João Pereira da Cunha Ferraz, nenhum deles descendente de D. Maria (20).

Que os dois Mestres me perdoem este atrevimento.

E vão sendo horas de terminar, após este largo parêntese.

*

* *

A Sebastião da Cunha Barbosa sucedeu seu filho primogénito António Pereira da Cunha a quem, por resolução de S. M. de 8 de Junho de 1725 (21), foram concedidos todos os seus soldos por inteiro ao cabo de mais de 50 anos de serviço militar, pois sentara praça de soldado em 1657, com 18 anos, achando-se logo na defesa de Monsão sitiada. Nos combates junto ao quartel da Silva, em 1 e 17 de Setembro de 1658, já era alferes de Infantaria. Em 1665 encontramo-lo no ataque ao forte de Belém. Levanta duas companhias de espingardeiros courenses e com elas mete um socorro na praça de Valença. É nomeado capitão de Infantaria *ad*

(20) Vide gráfico B.

(21) Torre do Tombo, L.º 72 da *Secretaria da Guerra*, a fls. 104 v.º.

(22) Carta-patente de 20 de Março de 1662 — Torre do Tombo, L.º 36 do *Registo do Conselho de Guerra*, fls. 35 v.º.

Gráfico A

JOÃO LOURENÇO DA CUNHA
Senhor da Torre, em 1463

GONÇALO FERNANDES DA CUNHA
Senhor da Torre
c. c. Isabel Magalhães

FERNÃO GONÇALVES DA CUNHA
Senhor da Torre
c. c. Brites Jacques

RUI FERNANDES DA CUNHA
Senhor da Torre
c. c. Vitória da Cunha (2ª m.)

FRANCISCO DA CUNHA
Senhor da Torre, em 1596
s. g.

VASCO DA CUNHA
s. g.

RUI DA CUNHA
s. g.

FERNÃO LOURENÇO DA CUNHA
c. c. Maria Mendes de Antas

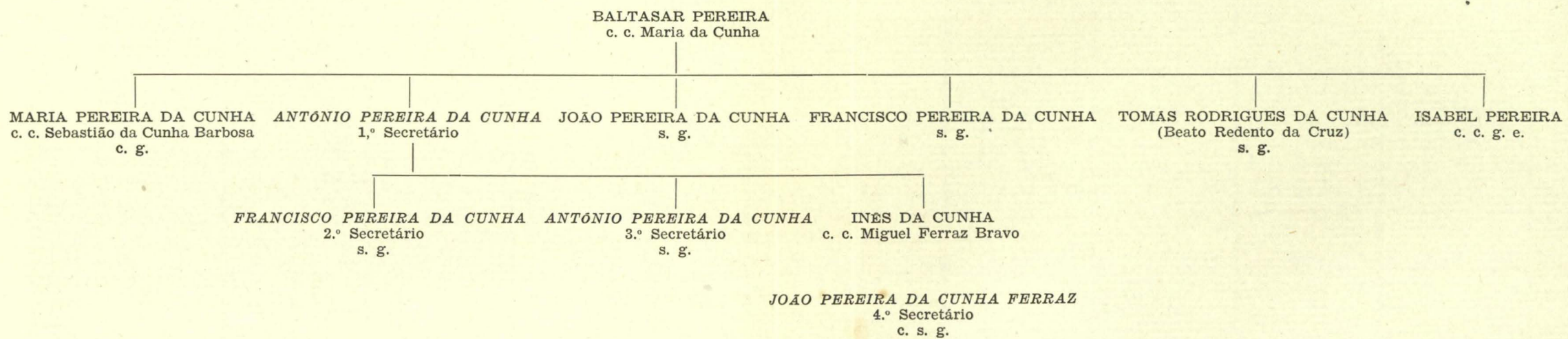
GASPAR MENDES DE ANTAS
c. c. Inês de Faria Caldas

ANTONIO MENDES DE CALDAS
c. c. Leonor Barbosa

GASPAR BARBOSA DE CALDAS
c. c. Juliana da Cunha

SEBASTIÃO DA CUNHA BARBOSA
Senhor da Torre, em 1637

Gráfico B



honorem (22), e sargento-mor do concelho de Viana (23), em documentos honrosíssimos. Recebe das mãos do Conde do Prado o governo do concelho de Coura. Perdê toda a sua fazenda com a guerra. É mestre de campo do Terço auxiliar de Barcelos (24), e depois do de Viana (25), cavaleiro professo na Ordem de Cristo (26), recebe uma tença com o seu Hábito, e é finalmente Governador de Caminha com patente de coronel. Aqui faz abrir à sua custa uma «fonte perene no fosso iunto as portas de Viana sendo de tanta consequencia que, sem ello senão poderia conceruar no cazo de chegaraser sitada pella facilidade de sepuder curtar aagoa principal que por cannos em destançia de meya legoa &» (27). Faleceu, no activo, com 90 anos de idade e 72 de serviço militar.

Herdou o senhorio da Torre, de que tomou posse, em 25 de Novembro de 1735, seu filho primogénito Sebastião Pereira da Cunha e Castro. No volume 12 do «Dicionário Geográfico» compilado pelo Padre Cardoso, e existente na Torre do Tombo, lê-se a informação dada, em 5 de Abril de 1758, pelo Abade de Santa Maria da Cunha, Miguel da Cunha Brandão Pereira: «Nesta freg.^a há tambem hua torre antiga com sua pedra dearmas dos Cunhas, coroada por cima com seu cantario, aqual dizem ser da familia dos Cunhas daqual está de posse o Mestre de Campo Sebastião Pr.^a da Cunha e Castro aqual está nolugar do outeiro desta dita freg.^a mas já arruinada por hua quina della...».

(22) Carta-patente de 21 de Março de 1662 — Torre do Tombo, L.^o 27 do *Registo do Conselho de Guerra*, fls. 33 v.^o.

(24) Carta-patente de 14 de Maio de 1664 — Torre do Tombo, L.^o 28 do *Registo do Conselho de Guerra*, fls. 114.

(25) Carta-patente de 4 de Junho de 1671 — Torre do Tombo, L.^o 32 do *Registo do Conselho de Guerra*, fls. 164.

(26) Torre do Tombo, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, L.^o 61 a fls. 135. O Alvará da profissão tem a data de 7-11-1678.

(27) Torre do Tombo, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, L.^o 296 a fls. 254 v.^o. Tença a António Inácio Pereira da Cunha.

Era, este senhor, fidalgo-cavaleiro da Casa Real, cavaleiro-professo na Ordem de Cristo, soldado em 1702, alferes de Infantaria em 1705; ajudante de número, posto em que foi preso, depois de ferido com uma cutilada na cabeça, na batalha de Almanza, em 25 de Abril de 1707; capitão de Infantaria paga em 1708; capitão de Cavalaria *intertido* em 1709 e mestre de campo da Infantaria auxiliar da província do Minho, 43 anos depois. Foi reformado em 1761, com nada menos de 59 anos de serviço militar.

O senhorio da Torre do Outeiro pertenceu, seguidamente, a seu filho primogénito António Inácio Pereira da Cunha, mestre de campo do Terço de Auxiliares da província do Minho; capitão-mor das Ordenanças do concelho de Coura; fidalgo da Casa Real e cavaleiro-professo na Ordem de Cristo. Morreu em Viana, em 21 de Março de 1791.

Dele passou o senhorio a seu filho segundo Sebastião Pereira da Cunha e Castro, por morte do primogénito. Foi fidalgo-cavaleiro da Casa Real, e cavaleiro-professo na Ordem de Cristo. Sentou praça como cadete de Infantaria 9 aos 20 anos; seis anos depois era tenente-coronel do regimento de Milícias de Viana; e, passados outros três, foi coronel-agregado da mesma unidade. No Livro 1.º do Registo deste regimento, existente no Arquivo Histórico Militar, lê-se que era natural de Viana do Minho, solteiro e ter bens de fortuna no valor de 50 contos... (daquele tempo), uns 125 mil cruzados. Morreu naquela vila com 75 anos, em 15 de Março de 1853.

A tradição militar dos senhores da Torre de Cunha terminou aqui. O filho que lhe sucedeu, combateu, não com a espada mas com a pena. Foi o honrado e destemido director do jornal *A Nação*, António Pereira da Cunha, legitimista de antes quebrar que torcer, recusando, quando eleito deputado, prestar um juramento que lhe queriam impor. Poeta de alto valor, jornalista, dramaturgo, orador brilhante, António Pereira foi sobretudo um português às direitas, fiel ao seu Rei, símbolo da Legitimidade.

Os dois últimos senhores foram: o seu filho único varão Sebastião Pereira da Cunha, também poeta e convicto legitimista como seu pai; e seu neto António Pereira da Cunha Lobo e Castro, que conservou sempre, até à morte, em 26 de Janeiro de 1950, a tradição política de sua família. Tinha um grande carinho pela sua Torre, que procurou salvar da ruína chamando, para lhe dirigir os passos em tal tarefa, ao seu grande amigo e eminente arqueólogo Padre Barreiros.

Acabou naquele dia, no senhorio da Torre de Cunha em Terras de Coura, a linha varonil conservada em 13 gerações e ao longo de quase 5 séculos.

Tenho dito.

DOCUMENTO N.º 1

Em nome da Santissima trindade Padre, filho e Espirito Santo tres pessoas ehum só D.^o verdadeiro. Saibam quantos este publico instrumento uirem que no Anno do nascimento denosso Senhor Jesus Cristo de mil quinhentos trinta e noue annos Aos vinte ecinco dias do Mes dejulho dodito Anno, em o lugar e frg.^a de cunha, e conc.^o de Coura nas Cazas de morada de Fernam gonsalves da Cunha, estando nella em cama doente de Doença q.^o Deos foj seruido darlhe, eestando em seuperfeito Iuizo ao parecer de mim t.^{am} por elle foj dito em minha prezença e das tt.^{as} abajxo nomeadas, q̄ elle queria fazer testam.^{to} com alguñs apontamentos e pediu a mim Escriuam o continuasse e fizesse o que fiz a seu rogo pella Manejra seguinte: Ittem emprimjero lugar dise elle testador que emcomendaua sua alma a Deos nosso Senhor que a Remira com o seu preciozo Sangue, etomaua por intersesora a glorioza Virgem nossa Senhora p.^a q.^o coando deste mundo partise lhe fossem seus peccados perdoados. Item disse elle testador que elle hera filho legitimo de gonçallo fernandez da Cunha Mag.^{os} e de sua legitima Molher Domna Izabel de Mag.^{os}; e disse ser deidade de oitenta enoue Annos, e mandaua que pella Alma dos ditos seus Pais disesem cem misas, e pella delle testador Duzentas misas, eque mandaua de esmolla as frg.^{as} de Cunha, e Sam Joam de Bico, e frjguezia de Ferrejra acoatro centos Reis de cada huma, e ajrmandade despirito Santo de que hera confrade deixaua mil reis edepe daltar da frg.^a de Cunha des cruzados, e q.^o as missas que ordena se digam pella sua alma, e pellos ditos seus Pais

fique o mandaremse dizer a Despeçam do Abbade desta frg.^a de Cunha. Item disse dej xaua se lhe diga hum officio de corpo presente de vinte, e outro no fim do Ano. Item disse elle testador que elle fora cazado com Domna Britis Iaques sua legitima molher, eque deste Matrimonio tinha por filho unico A Rodrigo frz da Cunha a quem deixaua por seu uniuersal erdejro, e declaraua q̄ elle dito testador he Senhor da Caza e Sollar do Outeiro, e sua torre, eas terras pertencentes aella, eessa torre, cazas, e terras tem empenhado a joam jaques uasconcellos pella coantia que consta da Escritura a que se Reportaua p.^a q.^o o dito seu filho e Erdeiro a ouesses asim tudo redondam.^{to} como lhe competia, e que muito lhe emcomendaua por ser antiguidade de sua caza, e porq̄ disse que hauia por findo seu testam.^{to} aq̄ assistiram por tt.^{as} presentes, e Rogadas francisco de Caldas, e joam Annes de cazelhos, frutuozo da Cunha, e gp.^{sr} Barboza, rodrigo Annes, e Antonio Dantas todos moradores neste concelho de Coura que aquj asignaram com elle dito testador e comigo Gregorio Pr.^a Vas tabaliam que o escreuj dito dia Mes e Anno = Fernam glz da Cunha — fran.^{co} de caldas — Frutuozo da Cunha — dejoam Annes de cazelhos hua Cruz — Gp.^{sr} Barbosa — Antonio Dantas — Rodrigo Annes.

Traslado feito em 8 de Março de 1742 por *Paschoal Barboza da Cunha*, Escrivão do público judicial e notas do Concelho de Coura, a requerimento de Sebastião Pereira da Cunha e Castro. Os originaes do testamento e deste traslado acham-se no arquivo da Casa Grande, mas aquele em estado de conservação que não nos tornou possível a sua cópia na íntegra.

DOCUMENTO N.º 2

Em Nome de Deos Amen. Saibam quantos este jnstrom.^{to} virem que no Anno do nascimento de nosso Senhor jizus crispto demil quinhentos e noventa e sinco Aos vinte enoue Dias do mes de Agosto em o lugar Do tumio friguezia de Samjoam de Bico deste comcelho de Coura em as cazas da Moráda de Rodrigo fernandez da Cunha digo em as cazas damorada de Ruj fernandes da Cunha estando elle nellas em cáma doente de Doença que Deos foi seruido darlhe eestando em seu per.^o juizo segundo parecer de mim tabaliam por elle foi Dito em minha prezença e das tt.^{as} aBaixo nomeádas que elle queria fazer seu testamento com alguns Apontamentos, e me pediu amim tabaliam o continuase aqui o que fis a seu rogo pella maneira seguinte = Em primeiro lugar disse elle testador que emcomendaua sua alma a nosso Senhor que a Remira com seu preciozo Sangue, etomaua por sua entércesora a virgem nossa Senhora para que quando deste mundo partise lhe fossem seus peccados perdoados. Disse elle testador

que hera filho legitimo de fernam gonsalves da Cunha, e sua legitima Molher Domna Britis Jaquis, e disse ser deidade de satenta e seis annos e Mandaua pella alma dos ditos seus Pais lhe disesem oitenta missas, epella delle testador cem, e que deixaua de esmolla a todas as friguezias digo de esmolla atodas as confrarias das friguezias de Bico, Cunha e Ferrejra aDuzentos reis eque hera confrade do Ispirito Santo que mandaua lhe fizesem desconfrarias, eaope de altar de Samjoam de Bico deixaua des cruzados, e que o Enterrassem em a sua sepultura, elhe façam hum officio de corpo presente, eoutro no fim de Anno, disse que elle fora cazádo com Domna Maria d° Magualhais Luzio sua primeira molher, deste Matrimonio tiuera os f.ºs seguintes g.º frs. de Mag.ºs, que morreu na Batalha del Rei D. Sebastião, Maria de Magalhais da Cunha q̄ foi cazada e Agora hera viuua, Sebastiam Rodrigues da Cunha que tambem morreu na Batalha del Rej D. Sebastiam item Disse que hera cazado segunda ues com D. Victoria da cunha, E deste Matrimonio tinha os f.ºs seguintes = Tres varoins e duas femeas a saber gp.º frs. da Cunha, fran.º dacunha Dom.ºs de Mag.ºs, Maria frz da Cunha, e Anna da Cunha os coais deixaua por seus universais erdeiros, e Declaraua que elle hera Senhor da caza e Sollar do outr.º em o lugar de Cunha, sua torre, e terras a ella pertencentes, a coal istaua auia m.º empenhada por seu Pay fernam glz da Cunha, e que elle testador anam pudera desempenhar, epedia a seu f.ºs gp.º frs. da cunha, fran.º da Cu.º e Domingos de Mag.ºs traçassem do Desempenho della pella antiguidade e Nobreza que conservavam, e acoalquer de seus filhos que nella susedesem dejxaua o Remanesemte do seu terço p.º este desempenho, e porq̄ Dise hauia por findo seu testám.º, e se dantes deste algum tinha feito hauia por revogado, epedia por Merce as Iustiças de Sua Magd.º lho comprissem e gordasem em juizo e fora delle para sempre porque esta hera sua ultima e deradeira vontáde asim ooutorgou e assignou eestando presentes por testemunhas Rodrigo Iaques de Luzio, fran.º glz, fran.º Roiz, Ioam vaz de caldas, fran.º Barbosa todos moradores neste comcelho de coura que assignaram com elle testador Ante mim gaspar Barbosa Tabaliam que o escreui Dito mes, dia, e Anno = Ruj fernandes da Cunha — De Rodrigo anes huma Crus = de Fran.º Roiz huma cruz — fran.º Barbosa = Ioam Rocha = Joam vaz de Caldas = e de francisco goncalves huma cruz = o coal traslado sobredito Pascoal Barbosa da cunha escriuam do Publico judicial e notas neste comcelho de coura e couto de Sam fins por provimento do Doutor digo por provizam de Sua Magestade que Deos guarde &.

Para apresentar este testamento valemo-nos do traslado feito em 6 de Março de 1742 pelo tabelião *Paschoal Barboza da Cunha*, visto se achar em mau estado de conservação o original existente, assim como o traslado, no arquivo da Casa Grande.

DOCUMENTO N.º 3

Portugual Rej darmas pello muito e poderoso Senhor Dom felipe por graça de Deos Rej de Portugual, e dos Algarues daquem e Dalem Mar em africa Senhor deguiné da Conquista nauegaçam, comercio da Arauia, Persia, e dajndia faço Saber aos que apresente carta de certidam, e Brazam Darmas fidalguia, e Nobreza uirem que por parte de Francisco da Cunha guoruernador q̄ foi dos Musoes comendador do Abito de Santiago da Espada me foj feita petiçam por escripto dizendo: que elle fora guuernador dos Musoes nouo Rejno degranada partes de Perũ nas indias occidentais natural deste Rejno de Portugual, nacido no Concelho de Coura, iuzgado de fraãm, comarca Da Villa de ponte do lima, filho de Ruy frz da Cunha, e de sua legitima molher Domna Victoria da Cunha, e nepto por parte do Dito seu Pai de fernam gongalues da Cunha e De sua legitima molher Domna Britis Annes, e por parte desua Maj Nepto de Bartolomeu gonsalues capã, e De sua legitima molher Domna Brizida da Cunha, todos naturais das freguezias de Cunha, Bico, e Formaris, tudo do mesmo Districto, cujas terras heram coutos Ecleziasticos por Merces dos Senhores reis Deste Rejno, como tambem foram asdeafonso Rodrigues de Magalhais tercejro Auõ do supplicante eoutros seus Ascendentes Por uaronia as coais Propriedades asim Ecleziasticas pesuhiram por Descendencia os ditos Pais, e Auos delle supplicante que todos foram fidalgos de solar e dos uerdadeiros Cunhas e Magalhães familias illustres, e antigas Destes Rejnos, e sempre setratarão como elle supplicante com caualllos, criados Escrauos, e mujta gente, conforme a coallidade de suas pessoas, e seruiram Aos Reis deste rejno em todas as guerras, e occasiõins que nelle ouue.....

.....e Bem asim Huma escriptura publica feyta por Cristouam dapinha publico taballiam na comarca de coura pella coal semostraua que o Supplicante francisco da Cunha he Senhor da caza e Torre Solarenga, cita no lugar do Outejro, freg. de Cunha dod.º Conc.º de Coura e ficam em poder de Francisco Luis escriuam da Nobreza que ante mim serue, aos coais mereporto a folhas des achej as Armas dos Cunhas, que sam combem a saber em campo de ouro noue cunhas de Azul em tres faxas, e por orla em campo uermelho cinco escudentes das Armas reajs de Portugual: E a folhas dezanoue do dito Liuro estam as Armas dos Magalhais que sam em campo de Prata tres faxas jachadas de uermelho eprata, as coais Armas lhe dou, easigno

Lisboa, 17 de Nouembro de 1636.

Traslado pelo Escrivão do público e judicial em Coura, *Paschoal Barboza da Cunha*, a requerimento de Sebastião Pereira da Cunha e Castro, por o original «se achar já denificado».

Colocação das folhas fora do texto

	Págs.
<i>P.º Eugénio Augusto dos Anjos Jalhay</i>	32-33
<i>Armas usadas pela família Jalhay</i>	36-37
<i>Gráfico A</i>	112-113
<i>Gráfico B</i>	112-113

ERRATA

Na pág. 108, trocar as linhas 15 e 16

Este volume foi composto por
João Pinto, L.^{da} e acabou de
se imprimir a 20 de Janeiro
de 1954, na Rua de Campo-
lide, n.º 133-B e C—Lisboa